

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIAS POLÍTICA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Bárbara Michele Amorim

**Mulher e academia: análise sociológica do assédio como sofrimento psíquico entre
estudantes da UFSC**

Florianópolis

2022

Bárbara Michele Amorim

**Mulher e academia: análise sociológica do assédio como sofrimento psíquico entre
estudantes da UFSC**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em
Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito para a obtenção do título de Licenciada
em Ciências Sociais
Orientadora: Profa. Márcia da Silva Mazon

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Amorim, Barbara Michele

Mulher e academia : análise sociológica do assédio como sofrimento psíquico entre estudantes da UFSC / Barbara Michele Amorim ; orientador, Marcia da Silva Mazon, 2022.
57 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Mulheres na ciência . 3.
Sofrimento psíquico. 4. Assédio. 5. Dominação Masculina. I.
Mazon, Marcia da Silva . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Barbara Michele Amorim

**Mulher e academia: análise sociológica do assédio como sofrimento psíquico entre
estudantes da UFSC**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de
“Licenciada em Ciências Sociais” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências
Sociais.

Florianópolis, 25 de Março de 2022.

Prof. Rodrigo da Rosa Bordignon, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.(a) Marcia da Silva Mazon, Dr.(a)
Orientador(a)
Instituição UFSC

Prof.(a) Sandra Noemi Cucurullo de Caponi, Dr.(a)
Avaliador(a)
Instituição UFSC

Thamires Luz Chikadze, Msc.(a)
Avaliador(a)
Instituição UFSC

Dedico a todas que vieram antes, às que estão agora e às que virão. Luto é verbo!

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é a conclusão de um longo ciclo acadêmico. É também o início de um projeto novo. A pesquisa apresentada aqui é fruto da minha participação em três núcleos de pesquisa: NUSEC, NIGS e NESFIHS, e dessa forma é uma pesquisa interdisciplinar. Minha jornada mais recente rumo à licenciatura se iniciou em 2019 e contou com uma rede de apoio e conhecimento bastante grande, espero dar conta de todas as pessoas com quem tive a honra de conviver.

Agradeço imensamente minha rede de apoio familiar e de amizades além da universidade. Minha família mais próxima é repleta de mulheres fortes, que me deram inspiração e suporte para a finalização dessa etapa, entre elas Vanessa, minha mãe; Patrícia e Jaqueline, minhas irmãs; Evani e Liene, minhas avós; e Kátia, minha madrinha. Entre amigas e amigos, agradeço a parceria de vida de Leonardo, Elaine, Monique, Eduardo, Mayra e Pedro, Barbara e Jonathan, Fábio, Drica, Guilherme, Paulo e Gregório; vocês fazem meus dias (e noites) valerem a pena. Agradecimento especial ao Leonardo por ter acolhido meus momentos de angústia e ansiedade com o carinho, afeto e compreensão.

Já na universidade, esses últimos anos me agraciaram com inúmeras amizades e parcerias que não sei bem por onde começar. Durante as disciplinas de Estágio (em modo remoto), algumas pessoas fizeram toda a diferença: Marcella, Luciano, Patrícia e Fernando foram colegas incríveis e com Marcella sigo com uma bela amizade. O mesmo posso dizer das professoras Marinês da Rosa e Olga Regina Garcia, com quem tive a honra de dividir disciplinas durante o ano de 2021. A troca de saberes e afetos foi extremamente importante para meu desenvolvimento profissional e também para minha saúde mental.

Preciso agradecer imensamente pelo acolhimento, orientação e ensinamentos dados pela professora Marcia da Silva Mazon, sem ela, com certeza, eu não estaria aqui finalizando meu TCL. Agradeço também às professoras Miriam Pillar Grossi Grossi, pela orientação de pós-doutorado em 2021; e Sandra Noemi Cucurullo de Caponi, pela receptividade em sua pesquisa e seu núcleo.

E o que falar dos núcleos? O NUSEC é minha casa desde 2016 e é ali que me sinto confortável em minhas escolhas teóricas e acadêmicas. Mas nenhum núcleo é uma entidade em si mesma, é um espaço feito de pessoas e a elas eu agradeço pelas trocas, conversas e amizades. É também no núcleo, ou na minha experiência nos núcleos, que construímos redes

profissionais e de apoio. Nesse sentido, agradeço ao NIGS por me apresentar um universo novo de pessoas que estudam as questões de gênero, os ensinamentos que tive mudaram drasticamente minha maneira de observar o mundo e me relacionar com a academia. Cito aqui algumas e alguns participantes desses núcleos que me acolhem tão bem: Xochilt, Natália, Thamires, Pâmela, Carolina, Aleixo, Priscilla, Átina, Pollianna, Francine, Laura, Tânia Welter e muitas outras que espero se considerarem representadas/os/es.

As palavras me faltam, por diversas razões, e agradecer pela escrita nem sempre é tão fácil quanto parece. Possivelmente alguns nomes faltaram, mas não a gratidão de ser agraciada com pessoas maravilhosas em minha vida, pessoal e profissional. A caminhada acadêmica por vezes parece solitária e cheia de desafios, mas, ao escrever os agradecimentos percebo como nenhum passo foi dado sozinha.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso investiga o tema do sofrimento psíquico entre estudantes universitárias. A presente pesquisa tem duplo caráter: descritivo de casos de assédio sofridos na UFSC, e nesse sentido, denunciatório; e analítico da forma como as mulheres dão sentido às suas experiências de sofrimento psíquico diante da violência de gênero. Ele faz parte de um projeto mais amplo, *Sufrimento Psíquico entre estudantes da UFSC*. Nosso objetivo geral foi analisar a experiência de assédio moral e sexual na UFSC a partir dos relatos das estudantes de graduação e pós-graduação enquanto fenômenos experimentados como problemas individuais. Os casos ocorrem mais em relações entre estudantes mulheres e professores homens, mais velhos, revelando o poder e também a hierarquia institucional presente nos assédios abordados. Muitas das situações de assédio foram suficientes para provocar mudança de núcleo/laboratório/pesquisa pelas mulheres violentadas, evidenciando o quanto os assédios podem transformar radicalmente a vida pessoal e profissional das mulheres, principalmente quando silenciadas. Na revisão da literatura, os trabalhos acadêmicos chegam a conclusões muito similares às de nossa pesquisa no que diz respeito às características do assédio no ambiente acadêmico. O temor de denunciar, as formas de assédio e o sofrimento gerado são algumas dessas características comuns. Muitas de nossas entrevistadas também relataram situações onde o assédio sexual foi o causador de seus sofrimentos. Esta forma de violência recorrente contra mulheres é parte da dominação masculina e expressa a violência simbólica. Assim, ela se manifesta frequentemente como sofrimento individual, como sugerem as narrativas terapêuticas de autoajuda, porém é urgente a mobilização de políticas públicas que desvendem seu caráter social e coletivo.

Palavras-chave: Mulheres na ciência. Sofrimento psíquico. Assédio. Universidade. Gênero.

ABSTRACT

This course conclusion work investigates the topic of psychological distress among university students. The present research has a double character: descriptive of cases of harassment suffered at UFSC, and in this sense, denunciatory; and analytical of the way in which women give meaning to their experiences of psychological suffering in the face of gender violence. It is part of a broader project, *Psychic Suffering among UFSC students*. Our general objective was to analyze the experience of moral and sexual harassment at UFSC from the reports of undergraduate and graduate students as phenomena experienced as individual problems. The cases occur more frequently in relationships between a female student and an older male teacher, revealing the power and also the institutional hierarchy present in the harassment addressed. Many of these harassment situations became relevant factors for the changing of nucleus/laboratory/research by the women who were violated, showing how harassment can radically transform women's personal and professional lives, especially when silenced. In literature review, academic works reach conclusions that are very similar to those of our research with regard to their characteristics in the academic environment. The fear of reporting, the ways in which harassment is presented and the suffering generated are some of these common characteristics. Many of our interviewees also reported situations where sexual harassment was the cause of their suffering. This kind of recurrent violence against women is part of masculine domination and expresses symbolic violence. Thus, even if it frequently manifests as individual suffering, as the therapeutic self-help narratives suggest, it is imperative the mobilization of public policies that reveal its social and collective character.

Keywords: Women in science. Psychic suffering. Harassment. University. Gender.

LISTA DE FIGURA

Figura 1: Tabelas sobre parentalidade na Universidade	18
Figura 2: Lista de Estudantes	20

SUMÁRIO

Apresentação	12
1.1 Projeto Sofrimento Psíquico em acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina	17
1.2. Objetivos e Metodologia	19
Sofrimento psíquico nas Universidades	22
Assédios nas Universidades	33
Considerações Finais: o encontro entre sofrimento psíquico e violência de gênero na Universidade	46
Referências Bibliográficas	50
Anexo A - Roteiro de Entrevista	54

1. Apresentação

Este trabalho de conclusão de curso investiga o tema do sofrimento psíquico entre estudantes universitárias. A presente pesquisa tem duplo caráter: descritivo de casos de assédio sofridos na UFSC, e nesse sentido, denunciatório; e analítico da forma como as mulheres dão sentido às suas experiências de sofrimento psíquico diante da violência. Ele faz parte de um projeto mais amplo, *Sofrimento Psíquico entre estudantes da UFSC*, que investigou o sofrimento psíquico através de questionários auto-aplicados por estudantes - em uma primeira etapa (Caponi, Sandra et al., 2021). A pesquisa em questão teve como objetivo investigar os fatores associados ao sofrimento psíquico dos estudantes universitários da graduação e da pós-graduação da UFSC, destacando elementos “relacionados com saúde mental, bem-estar e qualidade de vida no ambiente universitário, as formas como os alunos se relacionam com as ações desenvolvidas institucionalmente para lidar com as problemáticas de saúde mental” (CAPONI et al, 2021. p.6).

A pesquisa-base contou com duas etapas metodológicas: uma quantitativa, já realizada, e outra qualitativa, em andamento. A primeira etapa teve a participação de um total de 1.621 alunos de graduação e pós graduação dos diversos campi da UFSC¹. O presente TCL explora parte dos dados obtidos a partir desta segunda etapa, a qual contou com 38 entrevistas realizadas com estudantes da graduação e da pós-graduação.

Na primeira etapa, o resultado mostra que 64,7% das respondentes eram do sexo feminino². Importante ressaltar que o período da vida universitária aparece relacionado, em estudos epidemiológicos, com maior probabilidade de transtornos mentais. Conforme Ibrahim et al (2013) e Oliveira (2021) há um aumento da taxa de sofrimento mental entre estudantes universitários, comparados com jovens da mesma idade que não estão nas universidades. Conforme Leão, Ianni e Goto (2019a; 2019b) o sofrimento psíquico na universidade pode expressar experiências ligadas diretamente ao contexto da universidade (produtivismo

¹ A pesquisa foi realizada durante os meses de outubro e novembro de 2020, poucos meses após o início das aulas virtuais do semestre 2020.1 da universidade. Para traçar o perfil do sofrimento psíquico entre estudantes da UFSC, foi utilizado um desenho transversal, ou seja, todas as informações foram coletadas uma única vez. Os dados foram coletados por meio de um questionário eletrônico, utilizando a plataforma Google Forms, contendo perguntas fechadas. O questionário foi validado por 3 especialistas. O link para responder ao questionário foi divulgado por e-mail, por redes sociais e outras plataformas de divulgação.

² Outras informações referentes à primeira etapa serão abordadas no item 1.1

acadêmico, jornada de trabalho e estudo, assédio moral e sexual, grade curricular, precarização das condições de trabalho e estudo, etc.).

No entanto é importante considerar que o momento dos estudos universitários em geral coincide com o momento em que surgem outros desafios não exclusivos do ambiente acadêmico: há igualmente o desafio do distanciamento do núcleo familiar, a necessidade de criar uma nova rede de amizades, o relacionamento com a instituição e funcionários, para alguns a dupla jornada de trabalho e estudo, cuidado de filhos, etc (CAPONI et.al, 2021).

O que nos interessa destacar neste TCL é que ao responderem sobre questões relacionadas ao sofrimento psíquico, várias estudantes mencionaram o sofrimento associado a experiências de violência de gênero no ambiente universitário. Este é o tema eleito para este TCL. Interessa-nos investigar como as estudantes elaboram a sua experiência de discriminação/assédio na forma de sofrimento individual – secundando o fenômeno coletivo desta experiência.

Não é de hoje que mulheres sofrem todo tipo de assédio em todos os lugares que circulam. A pesquisa trata especificamente dos assédios sofridos na UFSC e como as mulheres que o sofreram significam essas situações. O tema “Mulheres na Ciência” há muito é debatido por grupos feministas e, mais recentemente, por outros campos do saber entendidos como mais “duros” (engenharias, matemática etc.). Uma questão bastante debatida é como os assédios interferem na trajetória acadêmica das mulheres. A provocação da estudante Isadora Deschamps, doutoranda de Engenharia de Materiais e membra do Coletivo Mulheres nas Engenharias da UFSC, durante o I Ciclo de Seminários Temáticos: Mulheres na Ciência³, é bastante significativa. Questiona ela: “na verdade não é tanto uma pergunta sobre por quê que a gente escolheu [o curso], mas mais porque a gente ficou”. De acordo com sua fala, o ambiente acadêmico não é acolhedor às mulheres, ao contrário é hostil desde a sala de aula até os departamentos e chefias. Em seus estudos sobre o Estado, Bourdieu (2014) o define como detentor do monopólio da violência física e simbólica, produzindo os princípios de representação legítima do mundo social. Como veremos no presente trabalho, a Universidade, enquanto instituição de Estado, participa da dominação masculina enquanto estrutura social ao mesmo tempo que busca estratégias para a transformação dessa realidade.

³ Disponível em

https://www.youtube.com/watch?v=D9XWIX1wDT0&list=PLzBTv1wWZ0_evB8YeHSDd6nk8vUtVoTfr

Saindo da instituição universitária, o setor legislativo também tem modificado a estrutura, mesmo que em resposta às lutas e pressões de grupos socialmente minorizados, como o caso da Lei Maria da Penha e Mariana Ferrer. Desde 2006 é vigente no país a Lei nº 11.340, de 7 de agosto (Lei Maria da Penha), que classifica as formas de violência, “cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” e “estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar” (BRASIL, 2006). No ano de 2021, a Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021 (Lei Mariana Ferrer), modificou a legislação vigente (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941) incorporando a responsabilidade pela integridade física e psicológica da vítima, ao entender que as instituições (tribunais, universidades etc.) colaboram para a violência estrutural sofrida pelas mulheres, duvidando de suas denúncias e/ou utilizando linguagem, informações ou material que ofendam a dignidade da vítima.

Mesmo com estes canais de denúncia, muitas vezes as mulheres não os utilizam. Mais do que entender este fato como algo da esfera individual, interessa-nos nesta pesquisa uma aproximação sociológica do tema olhando para o contexto mais amplo destas situações de assédio, naquilo que Bourdieu nomeia como dominação masculina:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação. [...]. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, se seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais (BOURDIEU, 2012. p.18).

a qual expressa a violência simbólica:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto (BOURDIEU, 2012. p. 47).

Articulamos o campo da Sociologia das Emoções e seus mercados e os Estudos de Gênero para compreender os assédios morais e sexuais dentro do arcabouço teórico da violência simbólica, o que nos permite perceber como as trajetórias se reorganizam frente às

violências sofridas e como esse fenômeno altera a dinâmica acadêmica⁴. Mobilizamos a pesquisa de Eva Illouz sobre a emergência do estilo terapêutico na sociedade moderna e Pierre Bourdieu com o conceito de violência simbólica para abordar a intersecção entre sofrimento psíquico e assédio na Universidade.

Eva Illouz (2011) afirma que a saúde mental e afetiva se tornaram mercadorias em um campo. Ela o define como campo afetivo. Nele os diversos atores “entrecruzaram-se para criar um campo de ação e de discurso com regras, objetos e fronteiras próprios” (p.91). É a competência afetiva que regula o campo e define as interações. O uso da noção de inteligência afetiva não somente se tornou um critério de classificação e hierarquização, mas também um capital que pode ser monetarizado. Além disso, “a inteligência afetiva é uma forma de habitus que faculta a aquisição de uma forma de capital situada na linha de sutura entre o capital cultural e o social” (p.96).

Leão, Ianni e Goto (2019b) abordam a temática do assédio seguindo a mesma linha de análise, levando em consideração que há, na contemporaneidade, um imperativo de (auto)responsabilização individual sobre a saúde física e psíquica.

As crises produzidas social e institucionalmente são percebidas como crises individuais à medida que se fragilizam as instituições e redes de proteção social, cada vez menos preparadas para lidar com o sofrimento e o adoecimento psíquicos. As respostas ou reações ao sofrimento, portanto, também se organizam de forma individualizada e estando aquém da sua complexidade (LEÃO, IANNI E GOTO. 2019b, p.51).

Ao seguir essa lógica, os autores evidenciam que as respostas/apoio das instituições universitárias frente às pressões, contradições e impasses da vida acadêmica são também a partir da perspectiva individual, pelo viés clínico. Nesse sentido,

não se pergunta sobre o porquê do sofrimento ou sobre seu contexto social de emergência, mas busca dar respostas organizativas a este: uma melhor organização das atividades cotidianas do estudante, repensar a distribuição de carga horária, metodologias de estudo, memorização e sono, e assim por diante. O viés da autoadministração nas respostas institucionais se assemelha às técnicas do discurso gerencial de empresas ou dos livros de autoajuda. [...] Tudo conspira para que o indivíduo, por si mesmo, promova uma melhora em seu desempenho e produtividade (laboral ou acadêmica) e atue como protagonista de sua própria biografia (LEÃO; IANNI; GOTO, 2019b, p.52).

⁴ É importante salientar que o presente TCL engloba reflexões que partem da minha experiência no campo da Sociologia dos Mercados (especificamente o mercado das emoções) e também estudos realizados durante meu estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas na UFSC.

Ao nos questionarmos em que ambiente e quais situações da rotina acadêmica a discriminação e violência moral e sexual manifestam-se, mobilizamos também o referencial bourdieusiano para compreender a dominação masculina como forma de violência simbólica que, conforme Bourdieu, é difícil de ser reconhecida pelos que praticam e pelos que sofrem. Conforme o autor, a dominação masculina está na ordem das coisas.

Como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado das coisas (na casa por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos, nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2012, p. 17)

O caso da denúncia, julgamento, afastamento e demissão do professor de história da UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina) é emblemático. O professor Paulino de Jesus Francisco Cardoso foi denunciado (institucionalmente na UDESC e também na delegacia civil) por assédio sexual por diversas estudantes em março de 2018. A comissão de sindicância interna da UDESC decidiu afastá-lo logo após as denúncias. Em novembro de 2020 foi criada uma comissão de processo administrativo disciplinar (PAD), que apenas em 23 de Fevereiro de 2022 determinou sua demissão. Em paralelo ao processo interno da universidade, havia o processo civil. Na época, o delegado não observou o crime de assédio sexual e sim de “perturbação da tranquilidade” (STROISCH, 2022). Mesmo com sendo investigado pelo crime de estupro contra uma aluna e havendo diversos relatos sobre os abusos e investidas, “na avaliação do delegado, não havia a hierarquia exigida pela legislação para considerar crime de ‘assédio sexual’. A investigação, então, foi declinada para o Juizado Especial – onde são julgados os crimes de menor potencial ofensivo”. Em junho de 2021, “o Juizado Especial sentenciou o professor à prestação de serviços à comunidade por oito meses. Além disso, determinou o pagamento de multa de três salários mínimos a cada uma das oito vítimas” (STROISCH, 2022). Os assédios demoraram 5 anos para serem julgados e os danos às vítimas foram comparados a 3 salários mínimos.

Ao nos questionarmos porque as mulheres não denunciam oficialmente os assédios sofridos, além da vergonha imposta pela dominação masculina (que remete a culpa à vítima), há a recorrência de casos onde o assediador não é responsabilizado por suas atitudes. O que percebemos não é somente a sensação de impunidade e descrença, mas também a estrutura da violência simbólica. Sua naturalização é um princípio proposto por Bourdieu para compreender a violência simbólica e, em específico, a dominação masculina. Voltaremos à

discussão, mas por hora ressaltamos que quando as relações de sentidos construídas, históricas e simbólicas passam a ser entendidas como naturais, abrem-se espaços para respostas às violências como: “foi sempre assim”, “nunca acreditam”, “mas ele é professor”. Argumentamos que a impunidade nos casos de violência se apropriam da naturalização da estrutura patriarcal ao mesmo tempo que subsidiam a reprodução dessa violência.

1.1 Projeto Sofrimento Psíquico em acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina

Como já mencionado, a pesquisa na qual nos inserimos tem duas etapas metodológicas. A primeira delas foi feita via questionário auto-aplicável e disponibilizado no website da instituição.

Considerando se tratar de uma amostragem por conveniência, e não probabilística, não é possível extrapolar os resultados para a população total da universidade. Eles permitem apenas identificar as relações entre determinados atributos dos respondentes e suas respectivas respostas (CAPONI et al, 2021. p.11).

As 1621 respostas obtidas na primeira etapa já nos permitem caracterizar a amostra da seguinte maneira: a maioria dos respondentes se identificou como sendo do sexo feminino (64,6%), 34,7% se identificou como do sexo masculino e 0,7% (12 indivíduos) como “outro”. 80,2% (1274) da amostra se considera branca; 4,3% (69), preta; 13,8% (219) se considera parda; 1,6% (25), amarela; e 0,1% (2), indígena. As categorias são as utilizadas pelo IBGE.

Em relação à idade, 58,5% tem entre 17 a 26 anos. 53,8% delas/es são oriundos de Santa Catarina, e mais de 80% residem, à época da pesquisa, na Grande Florianópolis.

Na figura abaixo podemos verificar que 10% das/es respondentes são mães e/ou pais. Destes, 64,2% tem apenas 1; 28,9% tem 2; e 6,9% tem 3 ou mais filhos.

Figura 1: Tabelas sobre parentalidade na Universidade

Tabela 10. Proporção de estudantes que têm filhos ou não, segundo nível de ensino.

Tem filhos?	Graduação	Pós-graduação	Total
Sim	7,8% (86)	16,1% (73)	10,2% (159)
Não	92,2% (1019)	83,9% (381)	89,8% (1400)

Tabela 11. Número de filhos dos respondentes, segundo nível de ensino.

Número de filhos	Graduação	Pós-graduação	Total
1	65,9% (56)	62,2% (46)	64,2% (102)
2	25,9% (22)	32,4% (24)	28,9% (46)
3 ou mais	8,2% (7)	5,4% (4)	6,9% (11)

Fonte: CAPONI et al, 2021. p.15

Em relação à escolarização, 70,9% (1105) estão na graduação e 29,1% (454) na pós-graduação. 52,3% das/es alunos de graduação e 75,8% da pós-graduação tiveram sua última formação em instituição pública e aproximadamente 90% das/es respondentes estudam no campus da Trindade.

Os dados trazidos pelo relatório publicado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE), de 2018, são bastante instigantes e preocupantes.

A violência física foi reclamada por 0,8% da população-alvo que percebe sua influência no desempenho acadêmico. A violência sexual foi considerada determinante por 0,7% das pessoas. Pessoas do sexo feminino reclamantes são 1%, enquanto as de sexo masculino restringem-se a 0,3%. Já a violência psicológica (ou o assédio moral) representa 3,7% do público. Estudantes do sexo feminino, indígenas não aldeados (as) e pretos (as) não quilombolas são os grupos que mais indicam ocorrência de violência psicológica. Estes últimos dois grupos são, ademais, os que mais se ressentem por serem vítimas de situação de discriminação e preconceito no ambiente universitário (FONAPRACE, 2018. p.78).

Dados já obtidos pela pesquisa de Caponi apontam para a percepção das/es respondentes de que sofrem mais machismo dentro do ambiente universitário que fora dele (Caponi et al, 2021).

Em relação a violências sofridas pelos estudantes dentro e fora da universidade:

- a) O principal tipo de violência sofrido pelos estudantes fora da UFSC é a violência verbal;
- b) Por outro lado, dentro da UFSC, o principal tipo de violência sofrida é o machismo, mas a violência verbal também se destaca, porém em uma proporção menor;
- c) Na maioria dos tipos de violência indicados, a taxa dentro da UFSC é menor do que fora. Isso fica evidente no fato de que 50,2% relataram que nunca sofreram

- violência na UFSC, mas apenas 12,8% afirmaram que nunca sofreram violência fora da UFSC;
- d) Dois tipos de violência se destacam sendo maiores na universidade do que fora dela: o machismo (17,1% dentro / 12,2% fora) e o assédio moral (10,2% dentro / 10%);
- e) Pouco mais de um terço dos estudantes já se sentiram discriminados em algum momento dentro da universidade;
- f) Discriminados em sua maioria pelos professores e/ou pelos próprios colegas;
- g) Na pós-graduação, pouco mais de 40% acham excessivas as exigências de produção científica de sua área;
- h) Nenhum respondente considera as exigências insuficientes (p. 145)

Já dentre as/os de estudantes com dificuldades específicas que merecem ser destacadas, para a presente pesquisa, as respostas daquelas que se identificam com o sexo feminino:

- a) Acham mais difícil obter auxílios estudantis na UFSC;
- b) Possuem mais frequentemente algum diagnóstico psiquiátrico;
- c) Estão se sentindo mais nervosas, tensas, preocupadas, tristes, cansadas, se sentem mais frequentemente fracassadas e com perda de interesse pelas coisas;
- d) Mais frequentemente sofrem violências dentro e fora da universidade;
- e) Sofrem com a questão do machismo dentro e fora da UFSC;
- f) São mais frequentemente violentadas sexualmente fora da UFSC;
- g) Já se sentiram em uma maior taxa discriminadas na universidade, principalmente por professor e por colegas;
- h) Mais frequentemente se sentem insatisfeitas com o tipo de amigos que têm;
- i) Não saem com os amigos tantas vezes quanto gostariam;
- j) Tiveram mais dificuldade de concentração, solidão, medo, tristeza, insegurança, estresse, desânimo e ansiedade durante a pandemia da Covid-19 (p. 146-147).

A presente pesquisa contribuirá para que tenhamos dados e análises sólidas que poderão servir de base para práticas menos violentas e mais inclusivas.

1.2. Objetivos e Metodologia

Nosso objetivo geral foi analisar a experiência de assédio moral e sexual na UFSC a partir dos relatos das estudantes de graduação e pós-graduação enquanto fenômenos experimentados como problemas individuais. Enquanto objetivos específicos, nos propusemos a identificar os contextos relacionados ao sofrimento psíquico no ambiente universitário; descrever de que forma as alunas relatam sua experiência de sofrimento psíquico e as consequências em suas trajetórias; e apresentar como a Sociologia das Emoções colabora com a análise dos assédios na Universidade.

Como já exposto, essa pesquisa é um desdobramento do *Projeto Sofrimento Psíquico em acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina*. Nesse sentido, nossa

contribuição se deu pela mediação de entrevistas com acadêmicas respondentes do questionário aplicado no ano de 2020 pela equipe da pesquisa (primeira etapa já concluída). No total obtivemos 38 entrevistas (realizadas em 2021), que foram gravadas (se autorizadas) e posteriormente transcritas⁵. Analisamos as entrevistas e traremos no presente trabalho os relatos mais significantes diante da temática sofrimento psíquico vinculado ao assédio. A seguir algumas características das entrevistadas que compreendemos relevantes:

Figura 2: Lista de Estudantes

Entrevistada	Idade	Curso	Nível do Curso
E1	31	Educação Física	Doutorado
E2	29	Química	Doutorado
E3	22	Direito	Graduação
E4	31	Linguística	Mestrado
E5	32	Psicologia	Mestrado
E6	29	Educação Física	Mestrado
E7	33	Serviço Social	Mestrado
E8	24	Oceanografia	Mestrado
E9	25	Ciências Econômicas	Graduação
E10	29	Biotecnologia	Doutorado
E11	30	Engenharia Mecânica	Doutorado
E12	27	Assistência Farmacêutica	Mestrado
E13	25	Ciências Sociais	Graduação
E14	24	Farmácia	Graduação

Fonte: elaboração da autora

Nosso foco de análise (ainda exploratória) esteve nas perguntas e respostas que abordam assédios sofridos na Universidade⁶. Além dessa participação na referida pesquisa, fizemos revisão bibliográfica sobre a temática e também sobre a Sociologia das Emoções. Em relação às questões éticas, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com

⁵ É importante ressaltar o caráter coletivo na coleta dos dados (entrevistas) e transcrições.

⁶ O roteiro das entrevistas semi-estruturadas está em anexo.

Seres Humanos (CEPSH) da UFSC, sob o número 4.252.516. A participação no estudo foi formalizada a partir da assinatura digital do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Ressaltamos que em todos os momentos utilizamos a internet como fonte de informações e dados para a pesquisa, seja na etapa documental como nas entrevistas. Nesse momento de distanciamento físico, imposto pela pandemia da COVID-19, nossa pesquisa foi realizada por via digital, sendo ao mesmo tempo um facilitador e dificultador das interações e obtenção de dados, principalmente por se tratar de uma temática sensível. Um facilitador por permitir que as entrevistadas pudessem acontecer em locais confortáveis e respeitando o distanciamento físico como. Ao mesmo tempo foi possível um olhar distanciado (na medida do possível) frente ao tema dos assédios, preservando a identidade das entrevistadas. A entrevista online minimizou prováveis receios e constrangimentos no relato de experiências. Esse ponto é também o obstáculo que enfrentamos, pois não pudemos interagir “olhos nos olhos” e dar o acolhimento que o tema e vivências preconizam.

2. Sofrimento psíquico nas Universidades

Nas últimas décadas, os trabalhos como os de Conceição Reis de Sousa e Ricardo da Costa Padovani (2019); Thiago Marques Leão, Aurea Maria Zöllner Ianni e Carine Sayuri Goto (2019a; 2019b); Sueli Pereira Caixeta e Sandra Francesca Conte Almeida (2013); Maria Vitória Cordeiro de Souza, Isabel Lemkuhl e João Luiz Bastos (2015) abordam a temática dos sofrimentos psíquicos nas Universidades brasileiras partindo de diferentes enfoques teóricos, mas concordando, em maioria, com a necessidade de se estudar mais a fundo a temática que não é apenas individual, mas coletiva das instituições acadêmicas.

Apesar de utilizarem fontes distintas, há certo consenso sobre a definição dos sofrimentos psíquicos. Leão, Ianni e Goto (2019b) fazem uma descrição bastante completa e complexa do que entendem por sofrimento psíquico:

Se o sofrimento e adoecimento psíquicos parecem uma consequência direta de eventos e crises conjunturais – depressão econômica, convulsões políticas, guerras, desemprego, surtos epidêmicos e assim por diante –, Salecl (2005, p. 11) alerta que ‘não devemos esquecer de que [a ansiedade] tem origem na percepção alterada do sujeito em relação a si mesmo, bem como das mudanças de sua posição dentro da sociedade como um todo’ (LEÃO, IANNI E GOTO. 2019b. p.57).

Além da pesquisa da FONAPRACE (2018) já citada, a pesquisa realizada pela ANDIFES, em 2014, elencou as dificuldades que interferiram na vida acadêmica das e dos estudantes pesquisadas/os. Nota-se que, entre as dificuldades listadas, as dificuldades financeiras apresentam maior frequência, afetando 42,21% do total dos graduandos, 31,14% citaram carga excessiva de trabalhos estudantis; 19,8% relação professor(a)/aluno. Menos numerosos, mas extremamente preocupantes estão as violências: física, com 2,1%; sexual, com 1,07%; psicológica, com 4,55%; e situações de Discriminações e preconceitos, com 9,76%. Também foi perguntado sobre as dificuldades emocionais. Algumas delas nos chamam atenção: ansiedade, entre 58,36% das pessoas pesquisadas; desânimo em 44,72%; insônia ou alterações no sono em 32,57%; sensação de desamparo/desespero/desesperança em 22,55%; sentimento de solidão em 21,29%; tristeza persistente em 19,28%; problemas alimentares em 12,56%; medo /pânico em 10,56%; idéia de morte em 6,38%; e pensamento suicida em 4,13% (ANDIFES, 2014).

Uma de nossas entrevistadas nos relatou sua adaptação à Universidade:

No começo do curso eu tive um relacionamento muito difícil, eu vim para cá eu tinha 17 anos. Daí eu vim morar sozinha, fiquei alguns meses morando com meu tio e depois fui morar no apartamento sozinha e era uma outra realidade do que eu era acostumada. Uma cidade pequena com professores que me acolham... Aqui o primeiro ano foi mais difícil com professores, eu quis desistir do curso só pela experiência com professores. Eu fui muito humilhada por alguns professores e eu só fui identificar que era assédio moral, que era humilhação depois de passar alguns anos e ter conversado com algumas pessoas (E14).

Como fontes do sofrimento, Leão, Ianni e Goto (2019b) abordam tanto as questões institucionais - estruturais, quanto as questões de relações interpessoais.

Ao pensar o quadro específico do sofrimento entre estudantes, não estamos com isto nos referindo apenas a aspectos institucionais internos à universidade e à formação acadêmica. Mas – além das cobranças, do ritmo extenuante, da falta de políticas de permanência, das violências variadas (de gênero, raça, sexualidades) praticadas por professores (assédio sexual e moral) ou por colegas (discriminações, bullying) – estes estudantes têm que lidar com transformações e crises da família, da dissolução de redes de segurança e garantia de direitos sociais, nas relações interpessoais, no mundo do trabalho e no próprio funcionamento da universidade (p.59).

As autoras Sandra Caponi e Patrícia Daré (2020), ao estudarem a relação entre o neoliberalismo e os sofrimentos psíquicos que acometem estudantes dentro do âmbito escolar, buscaram compreender de que forma esse sistema impacta na educação e nos diagnósticos psiquiátricos infantis. Esses últimos, partindo do discurso neoliberal, “permitindo que os sujeitos sejam formados a partir de uma perspectiva centrada no comportamento do mercado, na autorresponsabilização e na busca pela alta performance” (p. 312), usando a lógica da “incerteza, da flexibilidade, da criatividade, e que substitui os vínculos sociais por ‘contatos’ empresariais’ (p.306).

O que de fato acontece nessa lógica explicativa é a desconsideração do contexto social no qual o sofrimento aparece, reduzindo-se a complexidade dos fatos sociais a uma alteração ou desequilíbrio neuroquímico e, conseqüentemente, as respostas e intervenções sociais possíveis a uma resposta privilegiada: a prescrição de psicofármacos (CAPONI E DARÉ, 2020. p.316).

Ao tratarem do neoliberalismo, Pierre Dardot e Christian Laval (2016) classificam os indivíduos contemporâneos como neosujeitos: aqueles que têm como principal característica o “empreendedorismo de si”; o desenvolvimento de seu capital humano para melhor concorrer com outros neosujeitos dentro da norma neoliberal. O neoliberalismo não é apenas um sistema econômico, mas sim “uma lógica normativa que coloca os indivíduos em relações

competitivas e em situações que os convidam a adotar comportamentos de acumulação de capital humano” (LAVAL, 2019. p.319). Os autores entendem que

O sujeito neoliberal é, de certa forma, produzido por dispositivos específicos da racionalidade neoliberal da concorrência generalizada, o que nos obriga a compreender como teve que passar por um certo número de técnicas para funcionar. [...] Os dispositivos neoliberais na empresa levam o sujeito a se envolver plenamente na competição, na busca pelo desempenho. Isto é o que chamamos de subjetivação neoliberal. O momento neoliberal caracteriza-se por uma homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa. [...] Esse sujeito deve se considerar e mesmo se constituir como uma empresa de si mesmo. A linguagem registra muito bem esta transformação: o que se chama “a autonomia”, que a educação deve promover, tornou-se simples “gestão de si mesmo”, e o indivíduo é reduzido a “capital humano”. Estamos, portanto, perante uma interpretação gerencial do ser humano (LAVAL, 2019. p.319/320).

Gaiad (2019) também remonta às discussões sobre a sociedade capitalista contemporânea e seus processos de individualização para tratar do sofrimento e discursos de autoajuda. Argumenta a autora que

o sofrimento é visto nessas sociedades como algo insuportável do qual é preciso se afastar, pois evidencia fragilidade, ausência de autocontrole e incapacidade de lidar com as dificuldades; logo, revela um indivíduo fraco, impotente, já que incapaz de, ao mesmo tempo, lidar sozinho com as pressões, vencer obstáculos e manter a alta performance (p.41.).

É nesse movimento que surge a economia de autoajuda, também tratada por Eva Illouz. O sucesso está na potencialização da ação do indivíduo em ter controle sobre si e sua trajetória. Gaiad diz ainda que a situação de ilusão da liberdade total faz com que o indivíduo passe a ser também aquele que se autolesiona.

A responsabilidade pela própria vida aumenta a pressão pela competitividade e pelo rendimento, provocando a sensação de desintegração da solidariedade e do senso de comunidade, o afastamento do outro e a solidão, o esgotamento da energia e o cansaço, as depressões e a síndrome de *burnout*, o stress e até mesmo o suicídio (GAIAD, 2019. p.39-40).

No segundo capítulo do livro “Amor nos tempos do capitalismo”, Eva Illouz (2011) aborda o surgimento e manutenção do discurso terapêutico de autoajuda, se propondo a responder a pergunta: “Como havemos de explicar o surgimento de uma narrativa da identidade que promove, agora mais do que nunca, um ethos de autoajuda mas que, paradoxalmente, também é uma narrativa de sofrimento?” (p.63). A autora remonta ao livro de Samuel Smiles, de 1859, onde as biografias apresentadas serviriam como exemplares de

responsabilidade individual para obtenção de sucesso. Nesse modelo, a autorealização estaria disponível a qualquer pessoa disposta a construir competências.

Nunes e Torga (2020) nos lembram da naturalização do sacrifício de “ficar doente” durante o processo de mestrado e doutorado. Conforme os autores, “é uma ideia perversa perpetrada entre os próprios docentes e discentes na propagação dessa cultura de violência” (p. 18).

Há intelectuais e profissionais que utilizam o vocabulário da competência afetiva para mensurar a validade dos sofrimentos sentidos por universitárias e universitários. Nesse sentido, o artigo de Sousa e Padovani (2019) analisa se “A diversidade de opções, própria da contemporaneidade, combinada com modos rígidos de pensar dos universitários transforma oportunidades em sofrimento” (p. 43). Não perceber a flexibilidade do mundo contemporâneo como positivo e assim não estar disposto a adequar suas competências e habilidades seria justificado por crenças irracionais e gerariam o sofrimento individual. Os autores, concluem então, que as causas dos sofrimentos estão “para além das incertezas do cenário contemporâneo, a Terapia Cognitiva sustenta que o sofrimento está relacionado às ‘exigências’ que o sujeito faz a si, aos outros e ao mundo de que as condições de vida sejam sempre confortáveis” (SOUSA; PADOVANI, 2019. p.48).

Nosso argumento é oposto a esse, justamente porque entendemos que o sofrimento psíquico é coletivo e não individual. Não são as exigências do indivíduo para si e para os outros e sim a pressão sofrida pelas instituições e relações sociais que criam o desconforto e sofrimento. Um exemplo é o relato da estudante:

Nas primeiras fases do curso, que eu tinha bastante química, que eu tinha bastante biologia... os professores da química eram os piores. Eles eram professores mais velhos e eles falavam para gente, eu era de cota pública, que a gente não merecia tá ali, que a gente não era classificado para estar ali. Porque eu tinha muita dúvida, eu não me sentia preparada para tudo que estava sendo proposto de estudo. Eu tinha muita dificuldade e eu questionava, perguntava e isso irritava eles. E nisso eu fui muito humilhada. Teve um professor mesmo, que já teve vários processos, que é da área da biologia molecular e celular, que foi muito constrangedor. Aquilo para mim foi o ápice que eu quis sair do curso, é terrível só de lembrar o que eu passei com ele (E14).

Dando continuidade aos argumentos de Illouz (2011), anos mais tarde de Samuel Smiles, Freud marcou a impossibilidade da democratização da psicanálise, dentro do que chamada “vasto sofrimento neurótico”. Freud traz para o debate o contexto social no qual os sofrimentos se constroem e a impossibilidade da individualidade da cura, sem a transformação

do contexto. Além disso, os psicanalistas atendiam apenas uma parcela da sociedade, a mais abastada. A autora chama atenção para a questão da capitalização do sofrimento. Diz ela,

Freud faz uma afirmação sociológica e psicológica sutil: para que a recuperação ocorra, em suas palavras, é preciso que ela possa converter-se num benefício social, e com isso ele não apenas sugere uma afinidade entre a doença psíquica, a recuperação e o status socioeconômico, mas indica também que é possível capitalizar o sofrimento psíquico (p.62).

Eva faz a retomada desses autores para analisar a cultura norte-americana contemporânea. Ela afirma que esses pensamentos opostos foram reunidos na nova narrativa de autoajuda: o aprimoramento pessoal de Smiles e as ideias de inspiração de Freud. Na atualidade o sofrimento e o eu ferido se tornaram “democráticos” e estão presentes nas construções identitárias. Além disso, a capitalização desse ethos se tornou um empreendimento extremamente lucrativo.

Algumas transformações nas teorias psicológicas colaboraram com a nova narrativa da autoajuda: o distanciamento do determinismo freudiano e a valorização da capacidade humana em moldar seu destino; maior acessibilidade a livros; e o aumento da influência dos psicólogos em espaços despolitizados e de maior alcance.

Illouz (2011) vê em Carl Rogers e Abraham Maslow duas importantes contribuições nesse processo de transformação. O primeiro trouxe a ideia que a saúde mental é sinônimo de condição normal, saúde. Assim, todos temos uma tendência autoatualizadora, de crescimento constante. Já Maslow dizia que “aqueles que não se conformavam a esses ideais psicológicos de autorrealização passaram a ser os doentes” (p.67). Nesse sentido, os psicólogos ampliaram seu campo de ação vinculando e tornando uma coisa só a ideia de saúde e autorrealização; e, ao mesmo tempo, deslocando os distúrbios psicológicos para o campo do sofrimento psíquico. “O credo terapêutico foi mais longe, na medida em que formulou a questão do bem-estar em metáforas médicas e patologizou a vida comum (p. 68). O problema visto por Illouz é que esse discurso não apresenta diretrizes, gerando um tipo de corrida a algo não definido.

Ao afirmar que as ideias culturais precisam se cristalizar em objetos, ritos, instituições e interações, Illouz retoma (implicitamente) a noção de fato social de Durkheim. Essa cristalização se dá porque

A narrativa terapêutica da autorrealização tem ampla penetração por ser praticada numa grande variedade de locais sociais como grupos de apoio, programas de entrevistas, aconselhamento, programas de reabilitação, seminários remunerados, sessões terapêuticas ou a internet: todos são lugares para a atuação e a reatualização do eu (p. 72).

Ao analisar programas de televisão e seminários que se propõem capacitar para a autoatualização, Eva Illouz observa que as narrativas terapêuticas de autoajuda são similares a narrativas religiosas, pois trabalham com objetivos e sentidos que são ocultos. É o “desvendar” as causas do sofrimento e agir diante delas a meta dessas terapias. “É nesse ponto que as narrativas da autoajuda e do sofrimento se ligam, pois, se desejamos secretamente o nosso sofrimento, o eu pode ser diretamente responsabilizado por aliviá-lo” (p. 70). Interessante perceber que essa dinâmica não acontece quando a temática é a do assédio sexual, ainda velado e não discutido. O sofrimento advindo dessa violência ainda não é visibilizado, e assim, não é institucionalizado.

A autora observa também que as narrativas são escritas de trás pra frente, tendo como ponto de partida o sofrimento presente e tentando identificar em que ponto da trajetória ele foi ativado. Nesses programas, o sofrimento se torna objeto público a ser discutido. É nesse momento também que se criam nichos de mercado, pois o problema não é a pessoa em si, mas o cenário do sofrimento (falta de intimidade, insucesso no trabalho, ciúmes excessivos etc.). Ao se identificarem com as histórias, os espectadores se tornam pacientes e clientes em potencial.

De acordo com Illouz, a narrativa terapêutica tem ampla aceitação cultural porque aborda e explica sentimentos contraditórios; usam os moldes culturais da narrativa religiosa; torna o indivíduo responsável por seu bem-estar psíquico; é performativa; o discurso é uma estrutura cultural contagiosa; a biografia terapêutica é uma mercadoria quase ideal; e surge do fato de o indivíduo ter se inserido na cultura impregnada pela ideia dos direitos.

Caponi e Daré (2020) evidenciam a questão da forma como se tratam os sentimentos, controlando as emoções e as performances.

As novas subjetividades que emergem das relações orientadas pelos princípios neoliberais, estão diretamente vinculadas à gestão dos sentimentos. Para ser bem sucedido no mundo neoliberal, é necessário garantir o autocontrole da forma como expressamos nossas emoções. Impõe-se a exigência tácita de não demonstrar raiva, rejeição, oposição, medo ou ansiedade. Ao contrário, o empresário de si deve sempre demonstrar uma positividade desbordante, um sentimento de plena e completa felicidade (CAPONI e DARÉ, 2020. p.308).

Para Illouz, a questão crucial seria a institucionalização do direito de narrar sua trajetória e seu sofrimento. Nesse sentido o seu eu se torna institucionalizado. “Para que se transforme num esquema básico que organize o eu, uma narrativa deve ter uma enorme

ressonância institucional cultural, ou seja, tem que se tornar parte das operações rotineiras de instituições que comandem enormes recursos culturais e sociais, como o Estado ou o mercado” (ILLOUZ, 2011. p.84).

Entre os processos de institucionalização da narrativa terapêutica, Illouz (2011) cita o Estado e seus investimentos; as feministas; os veteranos de guerra; e a indústria farmacêutica. A autora chama atenção para o movimento de reificação do sofrimento quando esses atores o utilizam para combatê-lo.

Feministas, psicólogos, o Estado e seus exércitos de assistentes sociais, acadêmicos dedicados ao campo da saúde mental, empresas de seguros e companhias farmacêuticas, todos “traduziram” a narrativa terapêutica, porque, por diferentes razões, todos têm grande interesse em promover e expandir uma narrativa na qual o eu é definido pela patologia, o que efetivamente promove uma narrativa da doença. Isso porque, para se melhorar – principal mercadoria promovida ou vendida nesse novo campo –, primeiro é preciso adoecer (p.89).

Uma questão que a ascensão da competência afetiva proporcionou foi a legitimação do psicólogo enquanto pertencedor do “monopólio da definição e das regras da vida afetiva, e que, portanto, estabeleceram novos critérios para capturar, gerir e quantificar essa vida afetiva” (p.96). Foram esses profissionais que criaram as condições de existência desse campo e mercado.

Ao final de sua argumentação, Illouz (2011) reflete sobre a função da competência afetiva terapêutica, alegando que é importante para compreender a eficácia dessa narrativa. A autora propõe analisar a “família e a intimidade como esferas autônomas de significado e ação, [onde] poderemos analisá-las como bens morais em que está em jogo o conteúdo da identidade e do bem-estar” (p.98). Illouz acredita que nesse olhar consegue-se explicar e respeitar “os valores de cada esfera da vida e distinguir entre os bens que estão em jogo” (p.98).

É nesse sentido que o modelo terapêutico

“Serve” para estruturar biografias divergentes, proporcionando uma tecnologia para conciliar a individualidade com as instituições em que ela atua, para lidar com as rupturas que se tornaram inerentes às biografias modernas e, o que talvez seja o mais importante, para preservar a posição e o sentimento de segurança do eu, fragilizado justamente pelo fato de este ser continuamente encenado, avaliado e validado por terceiros (p.102).

Illouz retorna a Freud para afirmar que ele já trazia considerações sociológicas interessantes sobre os afetos, entre elas que a classe socioeconômica determina sentimentos e

exerce influência na mobilidade social; e que o afeto pode ser entendido como em uma hierarquia, que pode ser opor à outras. De qualquer maneira, a classe média ainda mantém privilégios, pois está mais disposta a lidar com as questões afetivas. Por fim, a autora remonta a Rousseau para concluir que

os campos afetivos de ação terem levado a identidade a ser publicamente exposta e publicamente narrada, não apenas no sentido de os sentimentos terem se tornado instrumentos de classificação social, mas também no sentido de que hoje existem novas hierarquias de bem-estar afetivo, entendido como a capacidade de alcançar formas social e historicamente situadas de felicidade e bem-estar (p.106).

No campo da psicanálise, Sueli Caixeta e Sandra Almeida (2013) apresentam uma pesquisa que usa os conceitos de inconsciente; narcisismo e desamparo no sujeito; desejo, sofrimento e sintoma, as autoras pretendem responder a seguinte questão: “considerando a história de vida, as condições subjetivas e a realidade acadêmica do sujeito estudante, cabe investigar se as exigências acadêmicas configuram-se em fator desencadeante para o sofrimento psíquico e para o adoecimento do estudante” (p. 27103). Concluem que, as pesquisadas, “deparam-se, constantemente, com o sentimento da possibilidade de fracasso, experimentando a ansiedade fóbica, manifesta no medo de falar em público, de não corresponder ao desejo do Outro (professor), isto é, de não ser o objeto do desejo do Outro” (p. 27117) ao mesmo tempo que buscam por autonomia. Sendo essa relação de ambivalência no processo de ensino-aprendizagem um dos fatores desencadeantes dos sofrimentos psíquicos. Nesse sentido, uma de nossas entrevistadas relatou a expectativa que professoras/es têm que todas/os estudantes sejam acadêmicos, sem levar em consideração que nem sempre é um desejo da/o discente:

eu tento atualmente é dar conta da carga de leitura e de tudo que eles pedem e às vezes eu sinto que eles têm uma visão muito focada no acadêmico, que eles passam aquilo porque eles estão no acadêmico, no meio acadêmico e tão treinando os alunos para seguir a mesma visão, mas, por exemplo, eu não me vejo robô no meio acadêmico (E9).

Outra faceta é a patologização e medicalização dos sofrimentos.

Inevitavelmente, fatos sociais cotidianos, como assédio moral, situações de bullying, imposição de duplas jornadas de trabalho ou mudanças inesperadas de tipo ou regime de trabalho, geram sofrimentos psíquicos profundos. Certos saberes expertos como a psiquiatria e a neuropsiquiatria contribuem reforçando essa lógica, segundo a qual os contextos sociais e coletivos que provocaram o sofrimento desaparecem, fazendo com que cada padecimento seja visto como uma questão exclusivamente individual. De acordo com a lógica do self-help, afirma-se que as causas dos sofrimentos são subjetivas e, dando um passo a mais nesse processo de

individualização, será dito que os padecimentos têm uma origem orgânica, biológica, decorrente de algum déficit neuroquímico que pode ser compensado com um psicofármaco. Assistimos assim à ampliação exponencial de diagnósticos como ansiedade, depressão e bipolaridade entre trabalhadores, desempregados e outros atores sociais. Vemos, desse modo, que o processo de psiquiatrização dos padecimentos é uma estratégia funcional à lógica do empreendedorismo, na qual cada um deve ser agente e responsável por seus próprios fracassos e insucessos (CAPONI e DARÉ, 2020. p.307).

Na UFSC, o sofrimento psíquico foi pesquisado e analisado por Souza, Lemkuhl e Bastos (2015). O estudo teve como objetivo “investigar a associação entre experiências discriminatórias por múltiplos motivos e sofrimento psíquico” (p. 527). A amostra teve 1.341 indivíduos elegíveis (1023 respondentes), de 12 cursos (Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Engenharia Sanitária e Ambiental, História, Pedagogia, Psicologia, Odontologia, Medicina e Sistemas de Informação), matriculados em 2012. Após análise dos dados, percebeu-se que

os modelos demonstraram que os pardos têm 1,9 (IC95% 0,4 – 10,2), formando 1,4 (IC95% 0,8 – 2,5), mulheres 1,3 (IC95% 0,7 – 2,4) e indivíduos com idade entre 23 e 27 anos 1,2 (IC95% 0,5 – 2,6) vezes mais chance de desenvolver transtornos mentais comuns que brancos, calouros, homens e indivíduos com idade entre 16 e 19 anos não discriminados, respectivamente (p.533).

As autoras concluem que discriminação e sofrimento psíquico estão relacionados no ambiente da instituição. Uma questão bastante levantada pelas entrevistadas foi relativa a conduta de professores/as que elas consideram não condizente, pouco profissional:

eu já escutei também histórias assim, com os meus amigos “às vezes gente que manja mais de informática”, tipo “ai, formata o computador da minha filha aqui” ou “ai, conserta o controle de videogame do meu filho”, esses tipos de coisa assim... mas eu acho que enfim não é tão frequente assim, mas acontecia (E11).

principalmente quando eram professores mais antigos, antes deles aposentarem, muito assim de guerrinha, como chama, assim de um querer ser mais que o outro, e aí para um seminário, por exemplo, só para constranger um aluno, para fazer pergunta que deixou o aluno constrangido, tem um outro caso de aluno que trocou de orientador ou que desistiu do programa, mas são tudo coisas que eu escuto justamente porque [ocorreram] antes de eu entrar. Eu tenho entrado agora também tá mais tranquilo, mas caso assim, de meu orientador não respeitar minha decisão, meu orientador exigir que eu vá para o laboratório toda hora, mais 40 horas por semana, coisas que ainda assim são importantes, mas nada muito grave ou constitui como assédio (E10).

eu já vi professores sendo abusivos no sentido de ser muito ríspido, falar de um jeito desnecessário com as pessoas, mas não de uma maneira direcionada a um grupo específico (ex: mulheres) (E8).

numa disciplina do mestrado, em que uma estudante tava comendo um chocolate e a professora perguntou alguma coisa pra ela e ela foi responder, só que ela tava comendo, então ela continuou falando assim e comendo, de boas assim, e a

professora pediu pra ela parar, que era pra ela comer primeiro pra depois falar que ali não era o lugar de ela tá comendo, não sei o que só que ela super dimensionou e eu fiquei super constrangida, a menina também ficou super constrangida, tanto que ela levantou e saiu da sala sabe, tipo, não precisava daquilo tudo (E7).

eu já tive situação com o ex-coordenador da pós-graduação de dar indiretas em sala de aula de que você, "ah, vocês não compraram tal livro? Mas vocês ganham bolsa pra isso", sabe, e a gente tem que ficar ali quietinho e "tá, mas eu também como, eu também me transporto, eu também tenho necessidades básicas", também tem que comprar livro, mas não é assim que acho que as coisas devem ser ditas, principalmente por um coordenador de pós-graduação, acho que fica muito feio e muito autoritário (E4).

É algo que aqui na minha opinião não seria muito uma conduta profissional, por exemplo, da necessidade de um professor de sempre cumprimentar a aluna com um beijo no rosto ou por exemplo um abraço ou tocar a pessoa nem que seja no ombro. Eu acho estritamente desnecessário e julgo que deveria ter certa proximidade para isso acontecer, né. Que não seria uma relação normal professor-aluno, né. Até porque eu não tenho vínculo direto com esse professor, ele é simplesmente por exemplo orientador de uma colega de disciplina, né (E2).

Em pesquisa realizada especificamente com estudantes do curso de Educação Física da UFSC, Renato Barros (2017) analisou o tema do sofrimento psíquico em 20 estudantes concluintes do curso em 2017. A descrição dos dados coletados por questionários mostrou a prevalência dos transtornos de ansiedade e depressão, bem como a prática de atividade física no lazer. Conclui o autor, que

a Atividade Física praticada durante as horas de lazer dos estudantes concluintes do curso de Educação Física da UFSC, demonstrou-se eficaz para manter mais baixa a prevalência de sintomas de Ansiedade e Depressão nestes indivíduos, quando comparados com os não praticantes. No entanto, a Atividade Física no Lazer não se mostrou suficiente para sanar a prevalência desses sintomas nos estudantes (35%), ou pouco mais de um terço da amostra (p.30-1).

Outra questão que acomete as estudantes e profissionais da Educação Física está relacionada ao próprio corpo e as pressões estéticas sofridas. Conforme nossa entrevistada, o discurso da saúde e da preocupação são utilizadas como recurso para constrangimentos:

com professores de matérias sim, eu lembro de um ou outro porque, digamos assim, que eu tô 'fora do que o padrão' da minha profissão espera porque eu sou obesa e daí eu sou professora de educação física então as pessoas julgam acham que porque você é professora de educação física ou se você é formado em educação física você tem que ter um corpo atlético você tem que ser definido isso e aquilo né. [...] Uma aula que eu fui usada de péssimo exemplo, uma aula que eu fui usada como chacota sabe, ele não aconteceu, mas eram aqueles comentários meio velados hoje a pessoa faz aquele comentário que, fingindo preocupação sabe, era basicamente isso que aconteceu e isso era constante inclusive por parte da minha orientadora, por exemplo, dos professores no geral eu lembro de um outro assim mas por exemplo parte da minha orientadora eram comentários constantes. [...] era só aquele comentário disfarçado de preocupação o que para mim já usa como verdade a um bom tempo já tô acostumada assim não que deixa de te afetar mas é aquela coisa

que tipo você escuta e você já fica tipo ai que saco isso de novo (E6).

No rol das pesquisas realizadas na UFSC, Michaela Ponzoni Accorsi (2015) analisou a experiência de atenção psicossocial dos estudantes de graduação da UFSC. O trabalho é “fruto de uma prática profissional mergulhada neste contexto, e dos desafios e questionamentos enfrentados pela autora ao deparar-se com esta realidade e tentar responder a ela da maneira mais efetiva possível” (p.15). O foco foram as questões vinculadas à instituição de ensino e suas ações enquanto “ambiente de acolhimento de muitos estudantes, e nos aspectos de prevenção de sofrimento e promoção de saúde” (p.22). A autora mapeou os serviços de atendimento psicossocial da UFSC, campus Florianópolis: Serviço de Atendimento Psicológico (SAPSI); Hospital Universitário - Serviço de Atendimento à Saúde da Comunidade Universitária (SASC); Hospital Universitário - Projeto Amanhecer; Serviço de Atenção em Psicologia; Coordenadoria de Acessibilidade Estudantil; Coordenadoria de Avaliação e Apoio Pedagógico (CAAP); Comissão de Atenção Psicossocial e Pedagógica; e Coordenadoria de Assistência Estudantil (CoAEs).

Após realizar 8 entrevistas, Accorsi (2015) conclui que, mesmo em caráter ilustrativo,

a realidade da UFSC é compatível com os estudos acadêmicos [...] que mostram que a vivência universitária é também geradora de stress e sofrimento para parte dos estudantes de ensino superior (sem se resumir a ser apenas isso). Como vimos aqui, além de questões individuais que podem estar envolvidas nesses processos, todo o contexto universitário faz parte disso (p.97)”.

Podemos perceber que as pesquisas que trabalham sobre os sofrimentos psíquicos tratam a questão de gênero como mais uma variante entre tantas. No próximo capítulo discutiremos os estudos voltados às violências de gênero nas Universidades e analisaremos como a temática do sofrimento psíquico é abordado.

3. Assédios nas Universidades

A questão dos assédios, e particularmente, do assédio moral é bastante complexo. Como veremos, a violência simbólica atravessa diversas esferas sociais e tem como uma característica a naturalização da experiência. Ainda assim, assédio e violência na Universidade têm sido debatidos em diversas áreas da academia, da sociedade e das mídias.

Marie-France Hirigoyen, psiquiatra, psicanalista, psicoterapeuta e conhecida como uma autoridade sobre o tema do assédio moral no trabalho. Em seu livro *Assédio moral: a violência perversa do cotidiano*, a autora aborda os assédios morais e sexual, analisando como o assédio destrói o psicológico das vítimas. Ações como utilização de palavras insignificantes, alusões, sugestões, não-ditos, rebaixamento e outras formas de desqualificação são exemplos das situações cotidianas onde acontecem as agressões. De acordo com a autora,

Escolhi deliberadamente usar termos *agressor* e *agredido* porque se trata de violência declarada, mesmo quando oculta, que tende a dirigir seu ataque à identidade do outro e a dela extrair toda individualidade. É um processo real de destruição moral, que pode levar à doença mental ou ao suicídio. Manterei igualmente a denominação de *perverso*, porque ela remete à noção de abuso, como se dá com todos os perversos. Abuso começa com um abuso de poder, prossegue com um abuso narcísico - no sentido de que o outro perde totalmente a auto-estima - e pode chegar por vezes a um abuso sexual (HIRIGOYEN, 2019. p.16)

O que caracteriza o assédio moral e o diferencia de outras violências é que são práticas hostis frequentes e duradouras. Muitas vezes a pessoa que sofre o assédio não o percebe ou o naturaliza como algo “normal” no ambiente acadêmico. Os assédios acontecem no âmbito do simbólico, e como afirma Bourdieu “a força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos” (p.50). Mas como adverte ele, a violência simbólica ocorre porque existem condições de possibilidade que desencadeiam as disposições permanentes; ações que atuam de maneira invisível (como que subconsciente) nos aspectos mais essenciais, na familiarização com um mundo físico.

Em seu livro “A dominação masculina” (1998), Bourdieu faz o exercício teórico de compreender como o arbitrário cultural se transforma em natural. Diz o autor que o estímulo

para estudar a dominação masculina vem da inquietação diante do que chama de paradoxo da doxa:

o fato de que a ordem do mundo, tal como está, com seus sentidos únicos e seus sentidos proibidos, em sentido próprio ou figurado, suas obrigações e suas sanções, seja grosso modo respeitada, que não haja um maior número de transgressões ou subversões, delitos e "loucuras" [...]; ou, o que é ainda mais surpreendente, que a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, salvo uns poucos acidentes históricos, perpetue-se apesar de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais (BOURDIEU, 2012. p.7).

Bourdieu, ao falar da relação de dominação de homens sobre mulheres, está tratando desse processo de eternização e ratificação da estrutura social.

As diferenças sociais e a hierarquização vinculada a elas se mostra normal, natural, parece inevitável. A divisão entre os sexos está incorporada nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, pensamento e ação. É a concordância entre estrutura objetiva e cognitiva.

É a concordância entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas, entre a conformação do ser e as formas do conhecer, entre o curso do mundo e as expectativas a esse respeito, que torna possível esta referência ao mundo que Husserl descrevia com o nome de "atitude natural", ou de "experiência dóxica" — deixando, porém, de lembrar as condições sociais de sua possibilidade (p. 17).

A forma de estar no mundo (vestimentas; maneira de caminhar, sentar; entonação de voz; uso ou não de maquiagem; entre tantas outras características) e tudo o que contempla, faz parte da construção e naturalização da divisão de gênero e dominação masculina. O autor utiliza o exemplo do exame ginecológico e ritual que nele está contido para abordar a questão da incorporação dos símbolos e também dos tabus. Para a presente pesquisa, o espaço acadêmico é analisado como esse espaço dos rituais, mas principalmente como um espaço onde o sexual (e seus abusos) são entendidos como tabus. Justamente por se entender a Universidade como um espaço neutro e “sem gênero”, tratar a sexualidade (maternidade, por exemplo) e principalmente a violência sexual não é abordada como deveria, pois evidenciaria a existência das divisões de gênero e a dominação masculina. Bourdieu aborda o conceito de gênero como uma representação construída pela sociedade e que é constantemente reproduzida nas instituições: família, escola, igreja, Estado, trabalho. A Universidade pode se apresentar como escola/educação, mas também como local de trabalho (tanto docência quanto produção do conhecimento científico). A justificativa biológica da dominação é um arbitrário

cultural de hierarquização social, que por fim acaba por retroalimentar a justificativa biológica; naquilo que o autor cunha como estrutura estruturada estruturante.

No âmbito acadêmico as questões dos assédios morais, da violência de gênero e da dominação masculina se misturam com o que aprendemos ser a forma correta de fazer ciência. Silvana Bitencourt (2006, 2008, 2011) dedicou seus estudos de mestrado e doutorado para compreender a estrutura científica e a relação das mulheres com esse espaço. A autora trabalha com a construção do campo científico enquanto uma representação de ciência e de cientista vinculada culturalmente ao masculino. Mesmo que as mulheres contemporâneas tenham mais liberdade de escolhas profissionais e já não sejam mais vinculadas apenas à procriação, Bitencourt (2008) afirma que elas não transformaram a cultura científica, elas “obedecem a estas regras institucionais” (p.21). De acordo com um relato da pesquisa Sofrimento Psíquico na UFSC:

e ela continua coordenadora, ela é coordenadora ainda, e é mulher; e foi justamente isso né, eu fui com uma expectativa alta de achar amparo ali e não, não encontrei (E1).

e eu fui do 8 ao 80 assim, pra uma professora que a gente não podia escolher nem o título do trabalho né, então eu fui dum... a minha cabeça virou. Só que diferente das minhas colegas eu questiono, eu pergunto, eu falo "tá, mais por quê? Mas isso, e isso, e isso... não é assim, eu sei que, eu sei que a senhora quer desse jeito e eu entendo né, eu respeito hierarquia, mas não dá". Tipo, a gente entrou inclusive num debate sobre o título da minha dissertação, aonde o título que ela queria tava errado, metodologicamente equivocado, e eu tive que fazer tipo mil reuniões pra poder botar na cabeça dela "olha, o meu nome não vai ali porque esse título tá metodologicamente equivocado, eu vou levar uma paulada na banca já do título" (E1).

Um exemplo da dominação masculina é o uso do masculino universal na escrita e fala científicas. Essa dispensa de justificação e legitimação (Bourdieu, 2012) dessa ação que coloca o masculino como mais importante e agregador de todos seres humanos é uma característica da dominação masculina. Se o contrário acontece e se coloca o texto inteiro em termos femininos, a sensação é que se está excluindo uma parte da população ou que o trabalho tem um corte de gênero explícito. Esse desconforto é um indicador de como os dominados aderem às classificações criadas pelos dominadores.

Para Bourdieu (2012) a divisão sexual do trabalho não é apenas uma separação de tarefas entre homens e mulheres, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres, caracterizada pela destinação prioritária dos homens às tarefas produtivas e de forte valor social agregado, e das mulheres às tarefas reprodutivas ou domésticas, de menor valorização

social (Bourdieu, 2012). Essa divisão parte então de dois princípios organizadores: o da separação entre os sexos e o da hierarquização, onde o trabalho de homem vale mais que o de mulher.

Hirigoyen (2019) elenca as formas como o agressor impede a vítima de reagir ao assédio. São elas: recusar a comunicação direta (o conflito não é mencionado, mas as atitudes de desqualificação permanecem. Quando o agressor se recusa a debater, a vítima fica paralisada); desqualificar (a agressão não é aberta, mas acontece nas sutilezas. Suspiros seguidos, erguer de ombros, olhares de desprezo, ou silêncios, alusões desestabilizantes ou malévolas, levando a uma progressiva dúvida sobre a competência da vítima); desacreditar (insinuar a dúvida na cabeça de outras pessoas); isolar (cortar alianças possíveis da vítima. Quando vem de colegas, consiste em não convidar para sair como grupo. Já quando vem da chefia, há a privação de qualquer informação, os emails não são enviados, a pessoa não é chamada para as reuniões); vexar (dar tarefas inúteis ou degradantes, fixar objetivos impossíveis de serem atingidos e quando realizados são ignorados e/ou não utilizados); indução ao erro (assim que incorre no erro, a vítima é rebaixada ou criticada. Há também a indução a comportamentos agressivos para que possa desqualificá-la - chamando-a de histérica, louca); e o assédio sexual (quando a vítima é entendida como objeto que está à disposição aos desejos sexuais do agressor). Um relato exemplar foi nos dado por uma estudante:

respondi sobre uns autores que davam um fundamento praquilo que eu pesquisava, mas essa não era teoria e daí ele jogou para mim... eh... "bom, se não sabe responder essa pergunta, então você não tem maturidade nenhuma pra tá num doutorado". Só que isso pruma pessoa que... já tá com a cabeça muito conturbada e muito abalada, e se encontrou verdade em mim, porque de fato eu já não me julgava madura pra tá ali, na realidade eu me via brigando numa guerra onde eu não deveria estar... e aquilo foi muito difícil sabe, continua sendo até hoje, como eu disse assim, eh... então é, é bem complicado (E1).

tava estudando com um rapaz a gente tava fazendo a mesma matéria e eu fui ensinar ele, passei ali umas quatro horas ensinando ele, e aí eu falei uma frase que ele tava travado na questão "olha pula para outra, não fica aqui só que você tem que mostrar que você sabe das outras coisas, não fica só aqui nessa questão" e aí ele virou para mim e disse que "ah é assim então para passar só precisa ter uma pepequinha" é tipo como se eu só passasse porque eu dormia com os professores e nunca ocorreu tal fato sabe mas ele insinuou isso que pra eu passar era isso então essas situações ocorreram ali (E9).

ele me rodou de propósito na matéria e eu não sei até hoje o por que eu tinha muita dificuldade para fazer, era descritiva e a primeira prova eu tirei 1,0 e eu fui na sala dele perguntar para ele o porquê que eu tinha tirado 1,0 e como eu poderia melhorar, conseguir tirar uma nota melhor. Nisso ele já falou que a gente só podia ir

na sala dele pedir informações com mais de uma pessoa junto porque ele já tinha problemas com um processo sobre assédio. Daí a gente foi com outras meninas e ele simplesmente me humilhou. Ele perguntou onde eu estava antes, de onde eu era, aí eu falei que eu era da cidade vizinha, pequena. Aí ele falou assim “é, mas essa tua prova aqui é um dialeto muito pobre” e “não sei como é que tu conseguiu passar no vestibular”. Tipo, eu tinha outras cinco meninas que a gente mal se conhecia, era a primeira fase do curso. Ele “tu tem que ver que tais falando com um professor que é pós-doc e não com a tua mãe que é do interior, que é uma leiga”, bem assim. Eu fiquei muito... Eu saí de lá chorando [...] no começo do curso eu me senti muito mal, com auto-estima baixa eu me auto-sabotava, eu comecei a desenvolver ansiedade, que eu não tinha até eu identificar o problema de ansiedade (E14).

A autora aponta que quando as vítimas chegam a procurar auxílio profissional, o fazem por algumas questões específicas como, “inibição intelectual, falta de autoconfiança, dificuldade de auto-afirmação, ou por um estado depressivo permanente, resistente a antidepressivos, ou mesmo por um estado depressivo mais declarado, que pode levar ao suicídio” (HIRIGOYEN, 2019. p.15). Após a análise das entrevistas nos questionamos por que todas essas mulheres se permitiram (se sentiram confortáveis em) tratar do tema conosco, mas não levaram as denúncias às autoridades, dentro e fora da Universidade. Hirigoyen (2019) traz algumas pistas de possíveis respostas, principalmente quando trata da destruição da identidade e deslegitimação característica do assédio moral. A sensação de impunidade e o medo de represália também aparecem como razões para o silenciamento. Pudemos observar esse receio também de nossas entrevistadas, que relataram casos onde a denúncia não gerou resolução dos casos:

Enfim, pelo fato de ter professores ali com nome né, dentro da Universidade, então quando a gente tenta levar para a coordenação alguma coisa que vá contra esse professor em específico né, isso acaba sendo meio que abafado assim, por eles, né, eles dizem "ah, a gente vai resolver e tal", mas a gente vê que nada acontece com aquele professor, porque ele é meio que intocável assim. Então, é aquela coisa, a gente reclama né, mas sabe que no fim das contas nada vai ter muito efeito assim (E3).

meu coletivo não declarou o voto para reitoria, e aí eu acabei tendo um problema com um professor, que naquela época eu não sei se ainda é, mas era esposo da ex-reitora e ele se sentiu no direito de me intimidar ali naquele caminzinho do CFH, entre a lanchonete, BU do sede e a entrada ali do prédio da psicologia. Foi uma situação muita complexa, eu tive que entrar com um processo contra esse professor, o processo que foi arquivado pela procuradoria geral e nesse processo eu alegava ter sofrido assédio moral assim. Ele disse que uma série de palavras, eu tenho esse processo comigo até hoje, eu já pensei em abrir o processo, mas na defesa do professor, ele alegou que ele tinha provas de que no momento em que a gente tava discutindo nos corredores, eu teria fotografado ele contra a vontade dele. Isso não aconteceu e eu temi real que ele tivesse poder para me prejudicar dentro da Universidade, então falei, bom se ele teve coragem de fazer isso no processo é porque talvez ele consiga alguém para depor em favor dele (E13).

Influenciados pela leitura de Hirigoyen, Thiago Nunes e Eliana Torga (2020) abordaram o assédio em uma Universidade Estadual brasileira. Tiveram como objetivo “identificar as consequências trazidas pelo assédio moral em discentes e docentes vinculados aos Programas de Pós-Graduação stricto sensu [...] com foco no caráter destruidor do tema e suas consequências para o indivíduo com relação à sua identidade e dignidade” (p.4). A partir de entrevistas com docentes e discentes, chegaram a algumas conclusões que nos chamam atenção e também corroboram com o que encontramos com as entrevistas: a mulher é mais vulnerável ao assédio (ao menos são as que mais concordaram em dar entrevistas e falar a respeito do assunto); o número de discentes respondentes foi maior do que o de docentes, os levando a considerar que “o silenciamento dos docentes quanto ao assédio moral e a resistência ao sofrimento mental por parte dos discentes” (p. 18). A seguir temos um longo relato de sofrimento advindo de assédio do professor e falta de empatia por parte da instituição:

Como pedir troca de orientação de uma maneira clara né, e eu não queria prejudicar a imagem dele também, então, o que eu podia fazer a parte disso? Porque a minha vontade primeiramente foi fazer um boletim de ocorrência e processá-lo. Essa foi a minha vontade maior, porque eu me senti assim... enfim, eu não sei como é que eu me senti, inclusive eu faço terapia há mais de dois anos para entender como é que eu me senti numa situação que eu ainda não superei. E aí eu procurei a coordenadora e ela falou assim "bom, mas o semestre nem iniciou, você não tem matrícula, tu pode desistir... do doutorado". E aí eu fiquei pensando "Sério? É sério que eu tenho que passar por uma situação dessa, nesse nível de constrangimento"... e assim ó, ele só não me agrediu por muito pouco, porque se eu tivesse sozinha, do jeito que ele tava, no estado de nervos que ele ficou, por questões dele, talvez ele tivesse os problemas dele também, ele com certeza teria feito alguma coisa porque ele se tremia. "Joga o teu trabalho no lixo", e tipo e eu pequena, sem que falar nada porque eu sou pequeninha, e eu falando... e eu ficava pensando assim "meus, como assim eu desistir", sabe? E daí eu falei para ela "tem alguma outra forma sem que eu tenha que desistir de uma vaga que eu conquistei por direito, eu passei num processo seletivo", e daí ela bem assim "ah, tu pode... tu pode fazer uma reunião com ele e conversar e pedir pra que vocês troquem de uma maneira menos, menos formal", porque eles não queriam esses registros, se eu não me engano. Eu falei "olha, eu não vou me encontrar com ele de novo, não sozinha, se vocês quiserem marcar uma reunião aqui inclusive chamar todo mundo que presenciou a situação, pra mim não tem problema nenhum, eu sozinha não vou mandar e-mail não vou falar com ele no WhatsApp e principalmente não vou vê-lo pessoalmente, eu não tenho estrutura emocional pra isso". Até porque, eh... talvez eu fosse prum lado de, de própria agressão física né, eu luto há oito anos, não é uma pessoa super indefesa e tal. Se ele fizesse qualquer coisa eu me defenderia, mas eu não posso perder a minha razão nesse sentido, tu entende? E a qualquer sinal de ameaça eu no mínimo cometeria duas mãos no peito dele e sairia correndo, porque era como eu tava me sentindo. E daí eu lembro que eu conversei com um professor na época, coordenador do laboratório, e ele falou "esse é um processo seletivo, tu passou por direito, faz uma carta e entrega isso pro colegiado, porque isso vai ser avaliado". Aí fiz, deu uma carta cheia de flores pra explicar, pra falar de uma forma bem romantizada sobre o que aconteceu, porque eu também não queria prejudicá-lo

e aquilo né, é a fala de uma aluna contra a fala de um professor. Se eles tivessem me dado o direito de falar na frente do colegiado junto com ele e com as pessoas que presenciaram a situação era uma coisa totalmente diferente. Mas escrever isso foi muito difícil. Aí eu pedi ajuda pra uma colega minha advogada e tal, ela me ajudou a redigir a carta... entreguei a carta e eles tiveram... e nessa carta eu tinha colocar duas opções de orientação; só tinham mais dois professores que orientavam naquele programa. E aí eu tive que ser remanejada pra aquele professor que eu tinha tentado a vaga primeiro? Então assim, o pessoal deve ter achado "bom, ela mani...", é o que eu acho que as pessoas acharam né, não que alguém tenha me falado isso, mas "ela deve ter manipulado a situação, ela deve ter aumentado, alguma coisa aconteceu, ela deve ter feito alguma coisa". Por azar ou felicidade, porque eu não desejo que isso aconteça com absolutamente ninguém, isso aconteceu com outro colega, e daí aconteceu com um homem, porque eu achei que ele não tivesse coragem de fazer isso com homem. E esse colega, a partir do que eu tinha feito, ele falou "eu não vou continuar", e daí eu descobri que isso já tinha acontecido com outras pessoas, tá? (E1).

Nunes e Torga (2020) também encontraram dados similares aos de Hirigoyen em seu estudo, onde

observou-se também que 90,9% dos alvos de assédio moral não realizaram a denúncia, formal ou informal (apenas verbais), no ambiente universitário ou externo (justiça). Os principais motivos são os mesmos daqueles em pesquisas similares: porque não adianta denunciar; medo em sofrer algum prejuízo se denunciasse; criar um clima desagradável no ambiente laboral; e exposição da vítima perante o grupo e organização (2020, p. 10).

Outra questão que esse relato nos indica é a valorização do referido professor, mesmo ele tendo a prejudicado e assediado. A estudante diz que não queria prejudicar sua carreira, valorizando o que ele faz (mesmo que somente enquanto pesquisador) e desvalorizando sua experiência de sofrimento. A dominação masculina, enquanto princípio de representação legítima impõe à mulher que o espaço do trabalho (público) é do homem, que o executa melhor.

A pesquisa realizada por Milena Barroso “Violência contra as mulheres na universidade: uma análise nas instituições de ensino superior no Amazonas” (2021) abordou as diferentes violências sofridas por mulheres nas instituições de ensino superior público do estado do Amazonas. Os capítulos são variados, vão desde assédio moral e sexual, estupro a discriminação social, racismo, xenofobia, homofobia, lesbofobia e transfobia. A coletânea evidencia as violências sofridas no ambiente acadêmico e traz dados que corroboram com estudos anteriores sobre a temática. A maior parte dos artigos foi escrita a partir de pesquisa quali-quantitativa com “estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação (de ambos os sexos) de várias áreas do conhecimento, professoras e professores, técnicas e técnicos em educação e demais trabalhadoras e trabalhadores” (p. 11) e revelou como o assédio é

significado por homens e mulheres e que é mais percebido por elas. No caso de nossas entrevistadas, seguem alguns relatos:

E aí eu lembro que na primeira, primeira reunião, o professor, ele não quis nem olhar pro meu projeto, ele não, ele não leu, nem nada e pra ti ter noção assim... eh... eu queria estudar processos formativos na dança e ele simplesmente queria que eu mudasse a minha pesquisa pra poder estudar basquetebol. Tipo, nada... totalmente nada a ver, e eu toda girando o mundo inteiro pra falar "professor, porque, né, nã nã nã, o professor avaliou o meu projeto antes de eu entrar, não quer dizer que eu não possa mudar, que eu não possa adaptá-lo, mas sair da água pro vinho não sairei (E1).

E ele falou "mas como que eu vou adaptar os meus horários pra trabalhar contigo, tu que tem que fazer isso", isso já em voz alta, e isso já todo mundo olhando, já parou com a cuca na boca e olhando a situação. E eu falei "não professor, mas eu... eu posso, eu posso ver qualquer outro horário, é só esse dia em específico. Se eu conseguir, sei lá, avisar com antecedência talvez eu até possa faltar". "Eu não preciso dos seus trabalhos porque eu pego tudo que tu fez e eu joga no lixo" (E1).

assédio moral já, sabe, de pressão dos professores, de ameaça e estudantes com bolsa e professores ameaçar de cortar a bolsa, professores que acham... Professores que acham... não bolsa de mestrado, da graduação, bolsa PIBIC, ou outro tipo de bolsa de pesquisa e extensão (E7).

ele começou a me provocar de forma a tentar fazer com que eu desistisse, sabe? Usava palavras mais pejorativas, achava que eu não tava [preparada], não era suficiente para aquilo, e ele ele usava critérios diferenciados para me avaliar diferentes dos outros alunos, sabe? Por exemplo, uma vez eu precisei recorrer para ver a minha prova e ele simplesmente não quis deixar eu ver minha prova, ele corrigiu, me deu uma nota e não deixou eu ver a prova. E aí quando no próximo semestre, que eu reprovei na matéria dele, ele perguntou se eu ainda não tinha desistido "você ainda tá aqui você não desistiu?" (E9).

o professor chamou ele de burro na frente de todo mundo, ele apresentando um seminário, falou que ele não tinha aprendido nada na disciplina. E, tipo, foi na frente de todo mundo. E daí esse meu amigo reprovou, assim. E.. ah, daí foi meio difícil porque depois eu fiz a mesma disciplina com esse mesmo professor, eu não passei por isso, mas eu fiquei com aquilo na minha cabeça, assim, tipo, aí, imagina se acontece comigo alguma coisa assim ou se eu vejo alguma coisa assim (E11).

ele achou as provas muito ruins e a sala era um anfiteatro, ele pegou as piores provas, grifou o nome e colocou no telão e ficou rindo e falando das provas (E14).

O documentário *Picture a scientist* (2020) aborda a temática dos assédios sofridos por mulheres e suas diferentes manifestações. Ao mostrar, via dados científicos e estatísticos além das narrativas pessoais, as desigualdades dentro das universidades norte-americanas (por exemplo, doutorados nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática nos EUA, em 2016 eram ocupados 47,9% por homens brancos, 25,7% por mulheres brancas e apenas 2,2% por mulheres negras), as pesquisadoras trouxeram à tona questões que muitas vezes são negadas e negligenciadas dentro dessas instituições. Entendemos que essa iniciativa junto

com outras, como o *#metoo*⁷, legitimam a luta contra as violências de gênero e transbordam o campo acadêmico, tendo um efeito social. O jornal *Le Monde Diplomatique Brasil* trouxe, em 2021, um artigo que aborda a temática e explicita as legislações em vigor no país para os casos de assédio.

o assédio caracteriza-se por constrangimentos ou ameaças com a finalidade de obter favores sexuais feita por alguém de posição superior à vítima, como o professor em relação à aluna (conforme Art. 216-A do Código Penal). A importunação ofensiva ao pudor é o assédio verbal, quando alguém diz coisas desagradáveis e/ou invasivas (as famosas “cantadas”) ou faz ameaças (Conforme Art. 61 da Lei nº 3688/1941). O assédio e a importunação já estão tipificados na lei, embora estejamos muito aquém de contê-los no ambiente acadêmico. A presença desse tipo de comportamento violento e constrangedor traz severas consequências para o tipo de convívio que alimentamos e acaba por contribuir para um dos maiores desafios enfrentados, por exemplo, pela área de filosofia: o combate à evasão das mulheres (AGGIO, Juliana; RAMOS, Silvana, 2021).

Já o *Jornal Intercept Brasil* (2019) fez um levantamento a partir das ocorrências feitas pelas pessoas violentadas dentro das Universidades Brasileiras. De acordo com esse levantamento, “desde 2008, pelo menos 556 mulheres, entre estudantes, professoras e funcionárias, foram vítimas de algum tipo de violência em instituições de ensino superior”. Das 122 instituições identificadas, 88 são públicas e 80% dos crimes aconteceram nos campi. “Em 60% dos casos os agressores eram alunos; em 45%, docentes – os demais ou não foram identificados, ou não eram diretamente vinculados às universidades, como técnicos terceirizados ou operários de construções também terceirizadas” (SAYURI, Juliana; SICURO, Rodrigo, 2019).

Outras violências são vivenciadas no ambiente acadêmico. Débora Boecke, Maria Martins e Francisco Barroso (2019) apresentaram dados sobre o assédio sexual na Universidade Federal do Ceará. A pesquisa contou com 15 entrevistas realizadas com alunas matriculadas em cursos dos centros de humanidades da referida universidade e concluiu que “que as formas como o assédio se expressa nas relações entre professores e alunas perpassa muito os aspectos do assédio moral, uma vez que este parte do princípio de inferioridade de uma das pessoas” (p.11). Além disso, as entrevistas evidenciaram que os assédios sexuais por parte dos professores e servidores acontecem durante as aulas, nos corredores, a partir de

⁷ *#metoo* é um movimento que se consolidou entre as atrizes de Hollywood contra a cultura de assédio sexual no cenário do cinema mundial e repercutiu em vários lugares. Se iniciou quando a atriz Alyssa Milano solicitou no Twitter que todas as mulheres que tivessem sido sexualmente assediadas ou agredidas respondessem para ela com a hashtag *#MeToo* (“Eu também” em tradução livre) em apoio às mulheres que haviam denunciado um produtor assediador. Pelo menos meio milhão de mulheres enviaram suas respostas nas primeiras 24 horas (BBC, 2017).

contato físico indevido e frases que ofendem, amedrontam ou indicam um desejo de flerte, seja presencialmente ou nas redes sociais. Essas formas de assédios sexuais também foram relatados:

já tive na primeira fase, a gente teve um caso bem emblemático, que um professor, ele foi extremamente machista dentro da sala de aula, né. E aí era a nossa primeira fase assim, que todas as meninas, a gente ficou meio sem saber o que fazer, inclusive porque é um professor que tem um grande prestígio dentro da faculdade né, mas no fim a gente meio que as próprias meninas a gente tentou lidar com isso, ali dentro da própria sala de aula né? (E4).

eu tinha um professor, ele também era mais velho e mandava para o quadro para ficar olhando a bunda da gente, quando passava uma menina do corredor ele, às vezes, saía da sala para olhar a menina que tava passando (E9).

tipo professor mais velho lá... eh... fazer comentários machistas assim, ou tipo dizer ai, que mulher engenheira é bom pra tipo projetar panela de pressão (E11).

Juliana Cristina Teixeira e Adriana da Silva Vinholi Rampazo (2017) desenvolveram um trabalho que analisou “os elementos discursivos originados a partir da temática de assédio sexual no âmbito específico da academia brasileira em Administração”, partindo de entrevistas com pesquisadoras/professoras. As autoras utilizam o conceito de gênero (e suas discussões) bem como a análise do discurso para abordarem a temática. Assim, assumem que assédio sexual não se limita a uma hierarquia formal/institucional, mas sobre uma hierarquia que é socialmente construída com base nas divisões de gênero e seus papéis sociais.

Nesse sentido, uma definição que poderíamos elaborar como a que condiz com a adotada neste estudo seria a do assédio como práticas de violência, no sentido de invasão de espaços e permissões, de natureza sexual não desejadas pela vítima, ocorridas em espaços organizacionais e sociais, em relações hierárquicas ou não de trabalho ou de interações sociais e que impliquem, ou não, em reações explícitas de resistência, ou em não reações de resistência advindas de aspectos que dificultam a resistência em função de o assediador poder punir o assediado, e/ou simplesmente por serem práticas demarcadas por aspectos mais abrangentes de um contexto social de base patriarcal e constituído a partir de performatividades de gênero que colocam a vítima em um lugar simbólica e, por vezes, efetivamente inferior, e em lugares de objetivação por vezes psicologicamente compulsórios (p.1173).

Assim, as mulheres sofrem assédio sexual desde piadas, cantadas e investidas sexuais, até a violência do ato sexual não somente de superiores hierarquicamente, mas também de colegas e estudantes. As autoras abordam a dificuldade de tratar do tema e de reconhecer os assédios sofridos mesmo tendo tido acesso a discussões feministas e legais sobre o tema. Elas vinculam essa dificuldade ao próprio poder das normas de gênero. É essa

estrutura que constrange, mas não “dá saída” que reconhecemos aqui como violência simbólica e dominação masculina.

O trabalho de Teixeira e Rampazo (2017) inspirou a discussão proposta por Bianca de Sá, Maycon Floriani e Adriana Rampazo (2017). Ao analisarem “os aspectos da experiência do assédio sexual vivenciadas, estritamente, por alunas dentro da universidade”, perceberam como “a universidade também reproduza as relações históricas em que colocam a posição feminina como subalterna com relação aos homens. Assim, a objetificação da mulher, enquanto aluna, continua naturalizada” (p.23). As autoras e autor chegam a conclusão que muitas das mulheres entrevistadas não conseguiam definir claramente o que classifica assédio sexual, podendo o ter vivenciado sem ter entendido como violência. Outra questão bastante evidenciada foi o medo de denunciar e sofrer represália, bem como se expor diante de colegas, professoras/es e instituição. Uma de nossas entrevistadas nos relatou também sobre as estratégias de mulheres para afastar o olhar de objetificação:

ela tinha seio muito grande e ela sempre usava camisetas muito largas, muito largas, porque ela não gostava que ficasse aparentando os seios. E daí os meninos chamavam ela de Luisão, "ah, lá vem o Luisão, e aí o Luisão e sei lá o quê". E a menina já tinha passado por um processo de depressão e afastamento do curso, só que ela também era da dança e daí na época ela me procurou, porque ela tava querendo desistir da graduação por causa de um idiota (E1).

O trabalho desenvolvido por Weslaine Thalita Silva Ramos (2019) aborda o assédio sexual dentro do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). A autora traçou o perfil das estudantes, as manifestações de assédio e suas consequências, e as estratégias e redes de apoio. Quando questionaram sobre desistências por conta dos assédios, 8,2% relataram que evitaram lugares por receio e “apesar de nenhuma mulher ter deixado de tentar seleçã o ou fazer qualquer outra atividade por receio do assédio, 3,6% já pensaram em desistir do curso por questões relacionadas ao assédio sexual” (p. 25). Também presenciamos o relato de uma estudante da área da saúde:

ele dava uma matéria prática no curso na primeira fase de farmácia, no curso de farmácia né, aí ele chegava no ouvido das meninas perguntava se sabia mexer no microscópio, se queria ajuda. Ah, ele falava um monte de coisa e no começo, uma das nossas primeiras aulas práticas, então a gente realmente não sabia mexer no microscópio, ele sempre vinha com umas piadinhas, falava para as meninas... ah, ele falava umas coisas muito... falava dos seios das mulheres, pra que servia, não sei o que. Ele falava umas coisas bem pesadas assim, tanto que ele já foi expulso de vários cursos. Ele não pode mais dar aula para enfermagem, não pode mais dar aula para medicina e sobrou só a farmácia e ele continuava normal na farmácia. Na época a gente relatou, fez várias ouvidorias, mas até 2016 quando terminei a graduação ele ainda tava na graduação (E12).

eu já vi ele encoxando as pessoas, que a gente ficava no microscópio, chegar por trás (E14).

Em relação aos sentimentos das estudantes diante do assédio, Ramos (2019) obteve os seguintes resultados: “medo e a ansiedade (29,3%), 21% declararam que após a situação ficaram mais calada e retraída e a impotência (18,0%)” (p.25). Esta pesquisa também revelou o sentimento de culpa individual pelo assédio em 6,8% das respondentes.

Outro exemplo de violência sofrida no ambiente acadêmico é a questão da maternidade na universidade. Silvana Bitencourt (2008) ao estudar a relação das mulheres com o espaço acadêmico, aborda a questão de que muitas mulheres vivenciam a ambivalência da maternidade, entre dedicação à família e à pesquisa, pois não a coexistência dessas práticas na vida das mulheres cientistas não é legitimada.

a característica exclusivamente feminina, a gestação filhos, as mudanças corporais vivenciadas pelas mulheres não condizem com a representação do sujeito adequado para fazer ciência. É fato o cuidado com os filhos pequenos deixa as mulheres durante um período com uma baixa produção. Esta baixa produção é um aspecto que coloca as mulheres, estas quando mães, ainda mais em desvantagem não apenas em relação aos homens, mas também as mulheres sem filhos. A necessidade de discutir tal situação nos faz sair do campo artificialmente autônomo da ciência, para enfatizar como as cientistas têm vivenciado esta cultura (p. 19).

A violência simbólica para a reprodução do campo científico faz com que as mulheres sofram ao terem que fazer essas escolhas. Comenta uma entrevista:

E eu lembro que uma coisa que me impactou muito foi que ele já tinha perdido excelentes mulheres pra maternidade e pra... pra vida heteronormativa, digamos assim, e eu pensei "tá de brincadeira que esse cara tá me falando que eu tenho que escolher entre ser professora ou ser mãe, ou que eu não posso levar um casamento e..." enfim. E eu achei aquilo um absurdo, porque eu poderia inclusive ser homossexual e manter um relacionamento e um dia botar uma criança que é uma vontade que eu tenho enorme que é de adotar um filho. E daí aquilo me fez pensar, eu falei: "cara esse não é o meu lugar", sabe, porque se um dia eu tiver que escolher vai dar, vai dar ruim. E eu lembro que ali eu mudei e fui prum outro laboratório. E1

O movimento Parent in Science foi criado em 2016, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, idealizado pela professora Fernanda Staniscuaski.

O Parent in Science surgiu com o intuito de levantar a discussão sobre a maternidade (e paternidade!) dentro do universo da ciência do Brasil. Iniciamos nossas ações para preencher um vazio, de dados e de conhecimento, sobre uma questão fundamental: o impacto dos filhos na carreira científica de mulheres e homens (PARENT IN SCIENCE, 2018).

Apesar de tratar o tema da parentalidade (maternidade e paternidade), o movimento apresenta dados reveladores sobre a maternidade no ambiente universitário. As mulheres mães levam, em média, dois anos para terem a mesma produtividade que tinham antes do nascimento da criança. Muito desse desafio está no papel de mãe que está dado nas sociedades contemporâneas, que inibem que a mãe seja também profissional (equitativamente). Ao mesmo tempo, a universidade está criada a partir dos padrões masculinos de pensamento e estrutura - falta de fraldários em todos os banheiros, espaços para amamentação e descanso de mães e crianças, dedicação mental exclusiva para as pesquisas, ensino e extensão; fazendo com que o espaço acadêmico seja árido para mulheres que pretendem seguir a carreira. Mas essa carreira se inicia na carteira da graduação e já aí são inculcadas e naturalizadas as violências. Ao ser desestimulada pela estrutura institucional e vivenciar assédios moral e sexual, mulheres desistem antes mesmo de entrar nesse campo.

4. Considerações Finais: o encontro entre sofrimento psíquico e violência de gênero na Universidade

A segunda etapa do projeto *Sofrimento Psíquico entre estudantes da UFSC* reuniu 38 entrevistas semi-estruturadas realizadas com estudantes que voluntariamente escolheram participar, para a presente pesquisa analisamos 14 delas. Nosso intuito foi explorar o tema do assédio sexual e moral experimentados como questões individuais por estudantes mulheres. Analisamos as narrativas das estudantes da graduação e pós-graduação que sofreram ou conhecem quem sofreu essa modalidade de violência.

Observamos durante a pesquisa que os trabalhos acadêmicos ora tratam os temas de assédio e sofrimento como situações coletivas, estruturais; ora como situações individuais, de experiências descoladas da estrutura. Mobilizamos Pierre Bourdieu e Eva Illouz na intenção de questionarmos o posicionamento individualizante do sofrimento e assédio e pensar estes fenômenos como estruturados e estruturantes, no sentido dado por Bourdieu. A leitura bourdieusiana nos permitiu vislumbrar os indicadores de violência simbólica que sustentam a dominação masculina ainda hoje, apesar da intensificação das discussões e ações de enfrentamento. Sendo assim, nosso esforço se deu em fazer uma análise que interseccionasse as questões do sofrimento psíquico em universitárias e a própria questão dos assédios moral e sexual sofridos por elas no ambiente acadêmico. Nas experiências objetivas dessas estudantes o sofrimento está intimamente vinculado aos assédios vividos e não poderíamos ignorar uma discussão (sofrimento psíquico/assédios) em detrimento de outra. Não apenas professores homens assediando alunas mulheres, mas a estrutura mais ampla do departamento de ensino, o silêncio de pessoas – homens e mulheres – que nem sempre reconhecem e agem diante de um relato de assédio. Sendo assim, não só os casos de assédio onde o professor mais velho que assedia alunas mulheres, mas este silêncio institucional em torno da denúncia que precisa ser discutido, abordado em políticas públicas do setor.

As estudantes relataram situações de assédio moral/violência psicológica e assédios de cunho sexual na maioria das entrevistas, o que nos levou ao tema deste TCL. Os casos ocorrem mais na relação entre estudante mulher e professor homem, mais velho; revelando o poder e também a hierarquia institucional presente nos assédios abordados. As situações de assédio se tornaram fatores relevantes para mudança de núcleo/laboratório/pesquisa pelas

mulheres violentadas; evidenciando o quanto os assédios podem transformar radicalmente a vida pessoal e profissional das mulheres, principalmente quando silenciadas. Apenas 1 estudante confrontou o professor após o assédio moral e entende atualmente que ele a respeita. Essa situação se mostrou atípica diante das outras apresentadas. A entrevistada relatou que o professor em questão não percebeu o assédio enquanto tal e que após a conversa sobre seus sentimentos, ele a respeitou e mudou suas atitudes em sala. Ainda assim, ela permanece em vigília, sempre alerta e pronta para ter que reagir novamente.

Assim como já apontava Bourdieu (2012), a dominação se estabelece como um esquema relacional de oposições que estabelece uma normalidade e que naturaliza a diferença e hierarquia entre homens e mulheres; um sentido oficial do mundo, ou seja, um horizonte do sensível e do possível. O autor fala do direito somatizado, por meio do qual se produzem corpos socialmente diferenciados e onde se estabelece uma ética que se impõe como dever, como necessidade lógica, mas sem ser percebida como obrigação mecânica. Assim, percebe-se que a Universidade é assim porque “sempre foi” e não como uma instituição histórica e socialmente construída, marcando as diferenças e a dominação masculina.

Uma vez que esses esquemas de percepção e disposição são incorporados, as relações de dominação que possibilitam certas diferenciações e equivalências (e não outras) tendem a permanecer invisíveis. E é essa invisibilidade que possibilita a reprodução das formas de dominação. A força da ordem reside na sua aparente neutralidade, na ausência de justificação. Assim, muitos professores e professoras insistem em justificar as ações, assédios e sofrimentos como fazendo parte do próprio fazer científico.

Percebemos que quando o tema são os assédios sexuais, os trabalhos chegam a conclusões muito similares no que diz respeito às suas características no ambiente acadêmico. O medo da denúncia, as formas como o assédio se apresenta e o sofrimento gerado são algumas dessas características comuns. Muitas de nossas entrevistadas também relataram situações onde o assédio sexual foi o causador de seus sofrimentos. Não somente pelo fato de ser uma violência recorrente e com diversas vítimas, mas por estar atravessada pela estrutura social e a violência simbólica é que podemos afirmar ser os assédios constructos sociais e não de relações individuais, como sugerem as narrativas terapêuticas de autoajuda. A revisão bibliográfica da área apontou como muitas pesquisas tratam o assédio e o sofrimento decorrente dele como fenômeno individual, então a academia promove este efeito de teoria ao pensar este sofrimento no formato individual. Este sofrimento aparece articulado ao discurso

neoliberal que anuncia os indivíduos como seres que devem aumentar o seu capital humano, os neosujeitos como apontam Dardot e Laval que devem ultrapassar emoções, assumir a culpa sobre suas próprias falhas enquanto fenômeno individual.

Não negamos as iniciativas de discussão, publicização e enfrentamento aos assédios no ambiente acadêmico. Eles indicam resistência diante das violências e também vozes que não mais se deixam calar. Ainda assim, ainda observamos as estruturas sociais da dominação masculina. Bourdieu (2012) não nega a possibilidade de mudança e resistência à dominação. Diz ele,

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão. Porém, por mais exata que seja a correspondência entre as realidades, ou os processos do mundo natural, e os princípios de visão e de divisão que lhes são aplicados, há sempre lugar para uma luta cognitiva a propósito do sentido das coisas do mundo e particularmente das realidades sexuais. A indeterminação parcial de certos objetos autoriza, de fato, interpretações antagônicas, oferecendo aos dominados uma possibilidade de resistência contra o efeito de imposição simbólica (p.22).

Nesse sentido, acreditamos essencial apresentar as iniciativas de projetos de conscientização e combate aos assédios que as Universidades vêm apresentando. Um exemplo é o Curso Ciência, Gênero e Diversidades, proposto e aplicado pelo PIAPE (Programa Institucional de Apoio aos Estudantes), PROPOESQ (A Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina) e IEG (Instituto de Estudos de Gênero) se apresentam como espaço de acolhimento, educação e transformação. Nesse sentido, a presente pesquisa se inseriu como possível subsídio nas adequações de temáticas e públicos-alvo.

Outro exemplo é o trabalho desenvolvido na UFPR, com a professora Taysa Schiocchet, “Se as paredes da UFPR falassem”, que tem como enfoque “a concretização dos direitos das mulheres diante das violações dos direitos humanos sofridas em razão da violência de gênero no âmbito da UFPR”. O estudo publicado por Oliveira et al (2019), aborda o “trabalho com grupos como dispositivo psicoterapêutico na prevenção do sofrimento psíquico e promoção de saúde mental”. Leão, Ianni e Goto (2019a) também discutem algumas estratégias institucionais de combate ao sofrimento psíquico entre estudantes universitários, usando como base a Universidade de São Paulo (USP). Os autores classificam as ações entre estratégias clínico-terapêuticas e estratégias de educação em saúde. As primeiras se

apresentam como projetos de acolhimento aos estudantes, como a criação do Escritório de Saúde Mental (ESM). A segunda macro-estratégia compreende disciplinas e cursos de extensão que visam a capacitação de professores, funcionários, profissionais de saúde e estudantes como agentes de identificação, prevenção e acolhida do sofrimento, focado ao suicídio. Chamam atenção que as duas macro-estratégias têm “enfoque individual e individualizante da experiência de sofrimento psíquico entre estudantes, ainda que se reconheça outras dimensões ou fatores que influenciam a experiência de sofrimento e os comportamentos autodestrutivos” (LEÃO, IANNI, GOTO. 2019a. p.134).

Nesse sentido, como desdobramentos possíveis dessa pesquisa, se faz importante compreender o sofrimento psíquico advindo dos assédios como situações coletivas e assim, merecendo abordagem coletiva para seu enfrentamento. É necessário também abordar as interseccionalidades dos marcadores sociais da diferença (raça, classe, gênero, idade, deficiências etc.) que atravessam os assédios. Mais ações institucionais que coloquem em evidência as estruturas de violência simbólica de gênero, subsidiadas por pesquisas acadêmicas são bem vindas.

Referências Bibliográficas

ACCORSI, Michaela. P. *Atenção psicossocial no ambiente universitário: um estudo sobre a realidade dos estudantes de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina*, Santa Catarina, 2015. 118f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial) – Programa de Mestrado Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, Florianópolis. UFSC. 2015.

AGGIO, Juliana; RAMOS, Silvana. Assédio sexual na universidade: um problema incontornável? *Le Monde Diplomatique Brasil*, jan.2021. Disponível em <https://diplomatique.org.br/assedio-sexual-na-universidade-um-problema-incontornavel/>

ANDIFES. *IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras*. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduandos-das-IFES_2014.pdf.

BARROS, Renato. F. O. *Ansiedade e depressão em universitários estudantes de educação física da UFSC*, Santa Catarina, 2017. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Bacharelado em Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. UFSC. 2017.

BARROSO, Milena Fernandes (org.). *Violência contra as mulheres nas universidades*. Manaus: EDUA/ São Paulo: Alexa Cultural, 2021. 260 p.

BITENCOURT, Silvana Maria. *Existe um outro lado do rio?: um diálogo entre a cultura da engenharia e relações de gênero no Centro Tecnológico da UFSC*. Florianópolis, 2006. x, 141 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia E Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

BITENCOURT, Silvana Maria. Ser cientista é ser cientista: as netas de Minerva e as contradições diante da cultura científica. In: *32 Encontro Anual da Anpocs*, 2008, Caxambu. GT 22 - Etnografando o fazer científico, 2008. p. 1-26.

BITENCOURT, Silvana Maria. *Candidatas à ciência: a compreensão da maternidade na fase do doutorado*. 340 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2011.

BOECKE, Débora, MARTINS, Maria Clara R., BARROSO, Francisco S. D. As relações de assédio sexual no âmbito universitário: A dualidade entre silêncio e visibilidade dentro da Universidade Federal do Ceará. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP). *ANAIS*, Maranhão, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*; tradução Maria Helena Kühner. - 11º ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 160p.

BOURDIEU, Pierre. . Sobre o Estado. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

BRASIL, Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021, (Lei Mariana Ferrer). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14245.htm

CAIXETA, S. P. ; ALMEIDA, S. F. C. . Sofrimento Psíquico em Estudante Universitário. In: *XI Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, II SIRSSE e VI SIPD/UNESCO*, 2013, Curitiba. EDUCERE 2013, 2013.

CAPONI, Sandra; AMORIM, Lucas de Carvalho de; BRZOZOWSKI, Fabíola Stolf; VÁSQUEZ, Maria Fernanda; BENDER, Mateus; SANTOS, Janaina. Sofrimento psíquico em acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina. *Relatório de Pesquisa*. Núcleo de Estudos em Sociologia, Filosofia e História das Ciências da Saúde (NESFHIS/UFSC). Florianópolis: UFSC, 2021.

CAPONI, Sandra; DARÉ, Patrícia Kozuchovski. Neoliberalismo e Sofrimento Psíquico: A Psiquiatrização dos Padecimentos no âmbito Escolar. Mediações: *Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 25, n. 2, p. 302-320, ago. 2020. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/39721>. Acesso em: 09 nov. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

LAVAL, Christian. Entrevista com Christian Laval: novo neoliberalismo, autoritarismo e os novos caminhos do sindicalismo. [Entrevista concedida a] Elisa Sanvicente. *Teoria Jurídica Contemporânea*, Rio de Janeiro, v.4, n. 1, p. 318-336, 30 dez. 2019.

FONAPRACE, Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis. *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018*.

Uberlândia: ANDIFES/FONAPRACE, 2018. Disponível em <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecono%CC%82mico-dos-Estudantes-de-Graduac%CC%A7a%CC%83o-das-U.pdf>

GAIAD, Maraisa Gardinali. *A sociologia das emoções em Eva Illouz: o fenômeno da literatura de autoajuda*. 2019. 71 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/182377>. Acesso em: 01 mar. 2022.

HIRIGOYEN, M. F. *Assédio moral: a violência perversa no cotidiano*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2019. 224p.

IBRAHIM, A. K. et al. A systematic review of studies of depression prevalence in university students. *Journal of Psychiatric Research*, v. 47, n. 3, p. 391-400, Mar./2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2012.11.015>. Acesso em: 05 ago. 2020.

ILLOUZ, Eva. Sofrimento, campos afetivos e capital afetivo. In: ____ *O amor nos tempos do capitalismo*. RJ: Zahar, 2011, p. 60-106

LEÃO, Thiago M.; IANNI, Aurea M. Z.; GOTO, Carine S. Individualização e sofrimento psíquico na universidade: entre a clínica e a empresa de si. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 6, n. 9, p. 132-143, 2019.

NUNES, Thiago S. ; TORGA, Eliana M. M. F. . Assédio moral na pós-graduação: As consequências vivenciadas por docentes e discentes de uma Universidade Estadual brasileira. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas / Education Policy Analysis Archives* , v. 28, p. 11-27, 2020.

OLIVEIRA, R. M. de; ROSA, C. M.; NASCIMENTO, A. C. P do. Os Grupos psicoterapêuticos como ferramenta para a redução do sofrimento psíquico nas Universidades. *Revista Humanidades & Inovação*, v. 6, n. 9, p. 144-156, 2019.

O QUE a campanha #MeToo conseguiu mudar de fato? BBC News Brasil. Brasil. 21 maio 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44164417>. Acesso em: 01 mar. 2022.

OLIVEIRA, Marília Pereira de. *Sofrimento psíquico em estudantes universitários: uma revisão bibliográfica em diálogo com as ciências sociais*. 2021. 46 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/224581>. Acesso em: 01 mar. 2022.

PARENT IN SCIENCE (Brasil). *Nosso projeto*. 2018. Disponível em: <https://www.parentinscience.com/sobre-o-parent-in-science>. Acesso em: 01 mar. 2022.

PICTURE a Scientist. Direção de Ian Cheney; Sharon Shattuck. Estados Unidos da América: Uprising; The Wonder Collaborative, 2020. (103 min.), color. Legendado. Em português, Elas na Ciência. Disponível em: www.netflix.com. Acesso em: 01 mar. 2022.

RAMOS, Weslaine T. S. *O assédio sexual entre os muros da universidade: investigando situações vivenciadas por acadêmicas de enfermagem*. Monografia (Curso de Graduação em Enfermagem) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2019.

SÁ, Bianca. S. et al. Assédio Sexual: O Poder do Macho na Universidade. *Estudos de Administração e Sociedade*, v. 3, n. 2, p; 21-33, 2017.

SAYURI, Juliana; SICURO, Rodrigo. Abusos no campus: mais de 550 mulheres foram vítimas de violência sexual dentro de universidades desde 2008. *The Intercept Brasil*, Dez.2019. Disponível em <https://theintercept.com/2019/12/10/mais-de-550-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-sexual-dentro-de-universidades/>

SOUSA, C. R. ; PADOVANI, R. C. Quando as oportunidades oferecidas pela universidade são transformadas em sofrimento. *Humanidades & Inovação*, v. 6, p. 40-50, 2019.

SOUZA, Maria V. C., LEMKUHL, Isabel, BASTOS, João L. Discriminação e sofrimento psíquico de graduandos da Universidade Federal de Santa Catarina. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 18, n. 3, p. 525-37, 2015.

STROISCH, Bruna. Professor da Udesc acusado de assediar alunas é demitido da instituição. ND+. Florianópolis, 24 fev. 2022. Educação. Disponível em: <https://ndmais.com.br/educacao/professor-da-udesc-acusado-de-assediar-alunas-e-demitido-da-instituicao/>. Acesso em: 01 mar. 2022.

TEIXEIRA, Juliana. C.; RAMPAZO, Adriana. S. V. Assédio sexual no contexto acadêmico da administração: o que os lábios não dizem, o coração não sente? *Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, v. 4, n. 11, p. 1151-123, 2017.

Anexo A - Roteiro de Entrevista

Roteiro das entrevistas

Nome:

Idade:

Curso:

Trabalha:

Profissão dos pais:

Filhos:

Onde mora/morava antes da pandemia:

Tema I. Relacionamento com orientadores, professores e coordenadores de curso

1. Como é o seu relacionamento com os professores do curso?

(Troca e-mail com os professores)

(Diálogos fora da sala de aula)

(Participação em núcleos de estudo/pesquisa)

(Constrangimento com algum professor)

(Situações de assédio moral e/ou sexual)

2. Como é o seu relacionamento com a coordenação e funcionários da universidade?

(Troca e-mail)

(Diálogos)

3. Como é o relacionamento com o seu orientador?

(Troca e-mail com o orientador)

(Diálogos fora da sala de aula)

(Alguma coisa que o orientador pede que você não quer fazer, mas não se sente à vontade para dizer não)

(Constrangimento com o orientador)

(Situações de assédio moral e/ou sexual)

4. Já presenciou algum tipo de discriminação ou violência com um professor, orientador ou funcionários da universidade? Como foi?

(Situações de assédio moral e/ou sexual)

(Racismo)

(Sexismo)

(Machismo)

(Xenofobia)

Tema II. Relacionamento com os colegas

5. Como é o seu relacionamento com os seus colegas?

(Bullying)

(Sai com os colegas, bares ou eventos)

(Está no grupo do Whatsapp)

(Representação discente/colegiados)

6. Como você encara o acolhimento entre seus amigos/colegas de turma e de curso?

(Já viu/presenciou situação de bullying)

7. Já presenciou algum tipo de discriminação ou violência entre colegas? Como foi?

(Situações de assédio moral e/ou sexual)

(Racismo)

(Sexismo)

(Machismo)

(Xenofobia)

Tema III. Diagnósticos psiquiátricos, uso de medicamentos e outras substâncias para melhorar o desempenho

9. Você teve experiências de sofrimento emocional ou mal-estar intenso? Conte como foi. Já teve algum diagnóstico psiquiátrico? Conte como foi a experiência.

(Quais diagnósticos)

(Quando foi diagnosticado)

(Evento desencadeador)

(Antes ou depois de entrar na UFSC)

(Internação/encaminhamento para internação)

(Sofrimentos não diagnosticados)

(Explicação sobre as causas desencadeantes)

10. Se usa algum medicamento psicotrópico, como você se sente com isso?

(Quais medicamentos)

(Desde quando)

(Por que usa)

(Como se sente)

(Outros tipos de abordagens terapêuticas que não as farmacológicas)

11. Como você vê o uso de substâncias para estudar/ficar acordado entre estudantes da UFSC?

(Já usou/usa)

(Quais substâncias)

(Acha que funciona)

(Como foi a experiência)

(Conhece colegas)

Tema IV. Suicídio

8. Como você vê a questão do suicídio na UFSC? Você gostaria de dividir alguma experiência sobre esse tema?

(Experiência pessoal)

(Tentativa de suicídio próximo)

(Pensar sobre suicídio)

(Onde buscou ajuda/como foi)

Tema V. Vulnerabilidades na universidade

12. Você se sente seguro na UFSC?

(Horário noturno ou diurno)

(Sugestão para tornar a UFSC mais segura)

13. Já presenciou algum outro tipo de discriminação ou violência dentro da universidade?

Como foi?

(Situações de assédio moral e/ou sexual)

(Racismo)

(Sexismo)

(Machismo)

(Xenofobia)

14. Você conhece os sistemas de apoio psicológico e pedagógico da UFSC? Como você os avalia?

15. Como você avalia o grau de exigência de seu curso?

(Clima de competição entre alunos)

(Pressão por parte dos professores)

(Pressão da família)

(Sente alguma dificuldade em relação às exigências do curso)

16. Como são suas condições para estudo?

(Antes e depois da pandemia)

(Mora com mais pessoas)

17. Que sugestões você daria para a UFSC para ajudar os alunos a preservar sua saúde mental?